



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 014

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**

Presidente - Partido Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**

1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**

3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**

1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**

2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**

3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**

4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**

5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

|                                 |                               |
|---------------------------------|-------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> .....   | <i>Luiz Claudio Romanelli</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> .....  | <i>Valdir Rossoni</i>         |
| <i>PMDB</i> .....               | <i>Waldyr Pugliesi</i>        |
| <i>PSDB</i> .....               | <i>Ademar Traiano</i>         |
| <i>Partido Democratas</i> ..... | <i>Plauto Miró</i>            |
| <i>PT</i> .....                 | <i>Professor Luizão</i>       |
| <i>PP</i> .....                 | <i>Duílio Genari</i>          |
| <i>PDT</i> .....                | <i>Luiz Carlos Martins</i>    |
| <i>Bloco PPS/PMN</i> .....      | <i>Douglas Fabrício</i>       |
| <i>Bloco PSB/PRB/PV</i> .....   | <i>Pastor Edson Praczyk</i>   |
| <i>Bloco PTB/PR</i> .....       | <i>Jocelito Canto</i>         |

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 014**

### **14ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 04

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Reni Pereira..... 09

Dep. Beti Pavin ..... 09

Dep. Stephanes Júnior ..... 10

Dep. Edgar Bueno..... 11

Dep. Ney Leprevost ..... 13

Dep. Elton Welter ..... 13

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 14

Dep. Osmar Bertoldi ..... 17

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno..... 11

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 19

Liderança do PSDB

Dep. Luiz Nishimori ..... 20

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson ..... 22

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 24

Liderança do Governo

Dep. Artagão Júnior..... 25

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 27

Discussão/Votação

Redação Final ..... 27

3ª Discussão ..... 30

2ª Discussão ..... 30

1ª Discussão ..... 31

Requerimentos ..... 35

**Encerramento da Sessão ..... 35**

### **DIÁRIO Nº 014**

### **14ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelas Sras. Deputadas Beti Pavin e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk,

Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Nereu Moura e Pedro Ivo (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 005/08

Curitiba, 26/02/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a fixação ou qualquer alteração dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná dependerá de lei específica, assim como a revogação da lei nº 11171, de 06/09/95, e da Lei nº 14559, de 16/12/04, bem como todas as disposições em contrário.

A Carta da República do Brasil de 1988, em seu artigo 127, asseverou que o Ministério Público é instituição permanente essencial à função jurisdicional do estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Governo do Paraná, na sua função executiva, respeita e entende que o Ministério Público é determinante para o fortalecimento do estado democrático de direito, buscando sempre o equilíbrio e igualdade na sociedade.

Na função *custus legis*, o Ministério Público deve zelar pelos princípios constitucionais, em especial pela legalidade e pela isonomia em todos os setores da sociedade.

A exigência de lei material, e formalmente válida, ou seja, lei específica para a fixação dos subsídios dos integrantes do Ministério Público já pode ser colhida diretamente dos textos constitucionais federal e estadual. Na Constituição Federal, o artigo 127, parágrafo 2º, faculta a iniciativa de lei para a proposição ao Congresso Nacional, da política remuneratória de seus membros. O artigo 128, parágrafo 5º estabelece que lei complementar da união e dos estados observará como garantia ao Ministério Público, a irredutibilidade de subsídios, fixados na forma do artigo 39, parágrafo 4º, que por sua vez, é claro ao enunciar que o membro de Poder será remunerado mediante subsídios obedecendo-se, em qualquer caso, o artigo 37, incisos X e XI. No inciso X do citado artigo 37 está dito que o subsídio somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

O mesmo roteiro de interpretação constitucional se constata no texto da Constituição Estadual, a partir do seu artigo 114, parágrafo 2º, artigo 33, parágrafo 4º e 27, inciso X. Em qualquer hipótese, estão fixadas as garantias ou a sistemática de apuração das remunerações que dependem, a cada alteração, do cumprimento do processo legislativo próprio e estabelecimento de valores, discriminadamente, não bastando a mera remissão ou vinculação aos vencimentos, remuneração e subsídios de outras cadeiras, o que ficará mais uma vez explicitado com o anteprojeto de lei que hora se propõe.

Não se nega, todavia, ao Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo os seus subsídios, mas é imperioso que se faça através de lei específica, bem como previu a Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná nº 85 de 12/12/99 e como recomenda a necessária transparência no serviço público.

Dessa forma, o Poder Executivo Estadual apresenta o incluso anteprojeto de lei, tornando obrigatório, que qualquer subsídio ou remuneração mensal dos membros do Ministério Público sejam apreciados pelos nobres Deputados, e, assim, pela sociedade paranaense.

A presente proposta está consoante com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, visto que aquele egrégio Tribunal deferiu pedido de medida liminar da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1195-2 Paraná, com o objetivo de suspender, até decisão final, a eficácia da alínea “d” do inciso I do artigo 118 da Constituição Estadual, por entender que a revisão dos subsídios e vantagens em igual percentual dos magistrados aos membros do Ministério Público, ofende o artigo 37, XIII, da Carta da República.

Assim é prudente que os nobres Deputados apreciem a matéria tendo como foco o prestígio ao princípio da isonomia e à consagração da Constituição Federal de 1988, que vedou qualquer vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Ademais todo e qualquer aumento salarial ou reajuste dos servidores públicos devem ser apreciados pelo Poder Legislativo, não podendo ser diferente a tratativa dada aos membros e servidores do Ministério Público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A fixação ou qualquer alteração dos subsídios dos membros Ministério Público do Estado do Paraná dependerá de lei específica.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis nº 11171, de 06/09/95 e nº 14559, de 16/12/04, bem como todas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

### Ofícios

Sob o nº CTL/CC 058/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, solicitando a restituição ao Poder Executivo da Mensagem nº 042/07, com incluso anteprojeto de lei, para reexame da matéria. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 048/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 049/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 818/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 050/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 671/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 051/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 052/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 053/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 656/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 054/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 686/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO Nº 005/08

Curitiba, em 27/02/08.

Senhor Presidente:

Venho através do presente solicitar seus préstimos no sentido de autorizar o uso do Plenarinho para receber os alunos do colégio José Guimarães no dia 10 de março das 13h30 às 14h.

Sendo só para o momento, reitero a V. Exa. os meus elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente.

(a) TADEU VENERI

### Indicações

INDICAÇÃO Nº 045/08

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Saúde a implantação de programa de prevenção ao Acidente Vascular Cerebral - AVC em todo o estado, a exemplo de projeto da Santa Casa de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo ao mesmo que determine a implantação de programa de prevenção ao Acidente Vascular Cerebral - AVC em todo o estado do Paraná, a exemplo do projeto Linha Verde, da Santa Casa de Maringá.

Dados incontestáveis mostram que o AVC é hoje a maior causa de morte no Brasil. Quando sobrevivem, boa parte das pessoas corre o risco de conviver com a dependência funcional. Situação que restringe ou impede a execução de atividades no dia-a-dia, condenando o indivíduo a uma menor participação na vida familiar ou em sociedade.

A projeção de uma população maior de idosos nos próximos anos, convivendo com pressão alta, diabetes, hábito de fumar, excesso de peso e outros fatores, aponta para o aumento do impacto do AVC nas estatísticas de

saúde. A importância epidemiológica desta patologia para os serviços de saúde pública de todo o mundo resultou na promoção de mudanças na abordagem de doença.

O conhecimento da declaração de Helsingborg, com metas fixadas para 2015, e a Declaração dos Neurologistas no VI Congresso Brasileiro de Doenças Cerebrovasculares, em outubro de 2007, no município de Joinville, Santa Catarina, evidencia que todo paciente com AVC tem o direito a receber tratamento atualizado.

A aplicação de um protocolo avançado, que compreende atendimento ágil, integrado e de qualidade, baseado em evidências científicas, demonstra a redução significativa da taxa de mortalidade e incapacidade. A doação de tais condutas é incentivada pela Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares.

Sensível a esse quadro, a equipe de Neurologia, coordenada pelo professor Dr. Paulo César Otero Marcelino, propôs a construção de uma rede assistencial dentro da Santa Casa, aliada ao cuidado continuado, como estratégia prioritária para redução de morbidade e mortalidade por AVC.

O projeto, denominado Linha Verde, vem sendo discutido com as equipes médicas, diretamente envolvidas com a doença - Neurologia, Neurocirurgia e Unidade de Terapia Intensiva - desde 2006. No dia 08/11/07 foi apresentada formalmente a todo corpo clínico, equipe de enfermagem, serviço de recepção, laboratório, centro diagnóstico por imagens e pronto atendimento da Santa Casa.

O Projeto Linha Verde consiste na divulgação dos sintomas à população, rapidez na chegada ao hospital e início imediato do tratamento. Sabe-se que atualmente a utilização do fibrinolítico Alteplase, dentro das três primeiras horas do aparecimento dos sintomas, leva a um aumento das chances de recuperação total do paciente; entretanto, o medicamento é indicado em casos selecionados.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### INDICAÇÃO Nº 046/08

##### SÚMULA:

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Guaraituba no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) solicitar a construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Guaraituba no município de Colombo;

2) justificativa:

A escola atende aproximadamente 1.100 alunos e a única quadra existente foi feita pela APMF, sem estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esporte e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) EDSON STRAPASSON

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 733/07, de minha autoria, que tem por objetivo instituir devolução proporcional do IPVA, do seguro obrigatório e da taxa de licenciamento de veículos, já pagos, relativos a veículos roubados, furtados ou sinistrados com perda total.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) MAURO MORAES

### REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 045/08, de minha autoria, que tem por objetivo dispor sobre a proibição da locação, prestação de serviços, contrato mútuo e comodato de cães para fins de guarda em todo o estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

### REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/07, de minha autoria, que tem por objetivo determinar que a Universidade do Centro Oeste e a Universidade Estadual de Ponta Grossa procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

### REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 056/08, que declara de utilidade pública a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, por existir a Lei nº 14909, de 07/12/05.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) DR. BATISTA

**REQUERIMENTO Nº 374**

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 158, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia de hoje, por 10 Sessões, o Projeto de Lei nº 795/07, Item 06 da Ordem do Dia, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493/99 e revoga a Lei nº 15456/07.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A retirada de pauta do Projeto de Lei nº 795/07 se faz necessária devido à Proposição de Veto nº 067/07, aposto ao Projeto de Lei nº 231/07, que trata de matéria idêntica, qual seja, a revogação da Lei nº 15456, de 15.01.07, tramitando nesta Casa.

**REQUERIMENTO Nº 372**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 593/07 e 044/08 que declara de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José - CASJ, com sede e foro em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

**REQUERIMENTO Nº 370**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Medeiros Costa Farias, filho da Vereadora Maria de Lourdes Medeiros e do Sr. José Maria Costa Farias, Presidente do PMDB de Rancho Alegre d'Oeste, ocorrido dia 01/03/08.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 28 anos de idade faleceu, em lamentável acidente automobilístico, no dia 01/03/08, o jovem Marcelo Medeiros Costa Farias, filho da Vereadora Maria de Lourdes e do Sr. José Maria da Costa Farias, Presidente do PMDB do município de Rancho Alegre d'Oeste.

O jovem Marcelo era funcionário da Câmara Municipal de Rancho Alegre d'Oeste e Secretário do PMDB.

Seu passamento deixou muita tristeza entre seus entes queridos, seus amigos, colegas de trabalho que o estimavam, inclusive este Deputado.

Neste momento de tristeza e dor, manifestamos aos pais do Marcelo, nossos amigos e companheiros de lutas do PMDB, assim como aos demais familiares, nosso pro-

fundo sentimento de pesar, rogando a Deus, Todo-Poderoso, que lhes dê o necessário conforto.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais será esquecido pela sua bondade, companheirismo e dedicação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do jovem Marcelo, endereçando a todos sentidos pêsames.

**REQUERIMENTO Nº 363**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rancho Alegre d'Oeste, pela passagem, no próximo dia 20/03/08, do seu 16º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Adão Aristeu Ceniz, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Arnaldo Iadicola, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rancho Alegre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Rancho Alegre d'Oeste irá comemorar, no próximo dia 21 de março, a passagem de seus 16 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado sobre maneira para o desenvolvimento cada vez mais do município.

Nesta data tão especial, queremos através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, continuam dando sua parcela de contribuição para o engrandecimento do município e o bem-estar de sua gente.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Congratulamo-nos com toda a população do município de Rancho Alegre d'Oeste pelo transcurso da significativa data de comemoração de seus 16 anos de emancipação política.

**REQUERIMENTO Nº 364**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Dr. Dirceu S. Barbosa Neto.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Dr. Dirceu S. Barbosa Neto, em reconhecimento ao trabalho com dedicação aos seus pacientes, atuando como responsável pelo Serviço de Imagem Cardiovascular CT e RM Cardíaca, no Hospital Santa Cruz.

**REQUERIMENTO Nº 365**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Ricardo Risson.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao médico Dr. Ricardo Risson, especialista em cardiologia, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos seus pacientes.

**REQUERIMENTO Nº 366**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, às Faculdades Integradas Santa Cruz.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem às Faculdades Integradas Santa Cruz, instituição de ensino na capital paranaense, que desde 1993 promovem o ensino em nível superior com qualidade, mantendo cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo para a promoção humana e qualificação profissional.

**REQUERIMENTO Nº 358**

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Guilherme Pimentel, DD. Diretor Regional Sul da empresa operadora de telefonia celular TIM Sul, solicitando atendimento aos pedidos já encaminhados pelo Executivo Municipal, para que Maripá receba o sinal que viabilize o perfeito funcionamento dos telefones celulares.

Maripá, localizado entre os municípios de Toledo e Palotina, conta com aproximadamente 5.700 habitantes. Destaca-se o município, além da grande produção agro-pastoril, que muito contribui com a renda dos seus habitantes e soma valores agregados para geração de riquezas e receitas para o estado, com festas populares tradicionais e reconhecidas no Paraná, sul do país e até países do MERCOSUL, que são:

- Maripá - Cidade das Orquídeas - atualmente já tem onze propriedade com o Selo de Turismo, cuja festa é realizada a cada ano, e recebe caravanas de visitantes de diferentes regiões do Brasil e países vizinhos.

- Festa anual do peixe.

- Prova já considerada Internacional de Arrancadão de Tratores, que nos dias de sua realização reúne mais de 7.000 visitantes, para acompanhar as provas.

Pela sua localização e por seu potencial produtivo e comunidade unida para bem receber os milhares de visitantes a cada festividade, Maripá não só merece como tem necessidade de contar com os serviços de telefonia celular

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) DUÍLIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 368**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Dr. Luiz Forte Netto, MD Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, informações relativas a escrituração contábil dos valores recebidos nos anos de 2003, 2004 e 2005, na rubrica operações de Crédito Externo/Outras do Paraná Urbano II-BID, assim como a explicação para as conversões da moeda e a especificação dos gastos realizados nos mesmos exercícios com estes recursos, em face das divergências dos números já informados em expediente datado de 04/10/07, em confronto com aqueles registrados nos Balanços do Estado, bem como esclarecimentos quando ao que segue:

a) A Lei nº 15211 que possibilitou o FDU financiar programas especiais com recursos não reembolsáveis data de 16/07/06, porém todos os convênios celebrados com o permissivo desta lei, estão datados e publicados anteriormente à vigência da lei. Como se explica tal fato?

b) Em quais programas especiais enquadram-se os Convênios 028/06, 010/06, 050/06 e 051/06, que segundo seus extratos publicados dizem respeito a pavimentação de pedras irregulares, aquisição de equipamentos para centro cultural, conclusão de teatro municipal, revitalização da praça e reforma de terminal rodoviário, em diversos municípios, com custo de R\$ 2.132.000,00.

c) Se os recursos do FDU, enquanto não emprestados, são aplicados exclusivamente em instituições financeiras públicas ou privadas e qual justificativa para assim proceder?

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 369**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Dr. Heron Arzua, MD Secretário de Estado da Fazenda, informações relativas ao Balanço Geral do Estado, referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005, confirmando os valores lançados na rubrica Operações de Crédito Externo/Outras do Paraná Urbano II-BID, já que segundo informou a

SEDU, em resposta de 04/10/07, a requerimento da Assembléia Legislativa de 22/08/06, teriam ingressados no FDU a este título, R\$ 56.917.852,00 em 2003; R\$ 55.961.066,00 em 2004 e R\$ 62.699.717,00 em 2005, divergindo dos lançamentos constantes dos Balanços dos mesmos exercícios.

Requer-se, igualmente, o envio de toda documentação comprobatória da movimentação financeira do contrato de empréstimos mencionado e que embasaram os números registrados nos Balanços.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) RENI PEREIRA

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 068/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado ao Governo do Estado do Paraná a adotar medidas, sem afetar as obrigações contratuais da concessão, eficazes na redução da tarifa de pedágio nas rodovias que compõem o anel de integração.

Art. 2º Deverá o Poder Concedente Estadual:

I - isentar as concessionárias do pagamento das verbas de fiscalização destinadas ao DER;

II - desobrigar as concessionárias do pagamento das verbas de reaparelhamento das polícias rodoviárias federal e estadual;

III - desonerar as concessionárias da responsabilidade sobre estradas, rodovias e vicinais que não compõem o anel de integração, retornando estas à tutela do Governo do Estado;

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Antonio Belinati, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Ney Leprevost, Cida Borghetti e Ribas Carli Filho.

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição em tela tem como objetivo precípua a minoração da taxa de pedágio paga pelo usuário da via sem que tal medida interfira nos contratos administrativos de concessão. As verbas de fiscalização, revertidas ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, além das verbas de reaparelhamento das polícias rodoviárias estadual e federal que fazem o policiamento das rodovias, resultam num percentual sobre o total da tarifa.

É legítima a intervenção legislativa com tal propósito na medida em que o estado do Paraná, enquanto Poder Concedente dos pedágios, rodoviários, além de

discutir os termos contratuais da concessão, sempre com o objetivo de onerar o mínimo possível o usuário da rodovia, deve abrir mão dos repasses efetuados pelas empresas concessionárias, justamente com vistas à redução final da tarifa.

As verbas de fiscalização, um dos repasses contratuais efetuados pelas empresas concessionárias ao Poder Público Concedente, são destinadas ao DER e devem ser usadas na inspeção desta autarquia estadual nos serviços prestados pelas concessionárias. Assim sendo, em nome da redução tarifária, coerente a cessação do repasse de tais verbas, visto que, com orçamento próprio, ou ainda que suplementado pelo orçamento do Poder Executivo Estadual, o DER já possui condições suficientes para esta função fiscalizadora.

De igual medida também se demonstra coesa a medida de cessação de repasse de verbas destinadas ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária que presta serviços nas vias. Isto porque a Polícia Rodoviária Estadual já está contemplada pelo orçamento do estado do Paraná, bem como a Polícia Rodoviária Federal também está inclusa no orçamento da união federal. Portanto, em já estando com recursos advindos dos orçamentos estadual e federal, não existe motivo para mais um ônus ao contribuinte que faz uso da via, tendo que pagar de forma indireta pelo reaparelhamento da Polícia Rodoviária, o que aumenta o valor da tarifa de pedágio.

Em relação às estradas que, por força contratual, estão sobre a responsabilidade das empresas concessionárias a exemplo das estradas Alexandra/Matinhos (PR-508), Antonina/BR-277 (PR-408), e BR-277/Pontal do Paraná (PR-407), vicinais à Rodovia BR-277 que liga Curitiba a Paranaguá, esta pedagiada, oneram ainda mais o transeunte contumaz da via. Portanto, ao ponto que ficarem sob a responsabilidade das empresas concessionárias apenas as grandes rodovias que compõem o anel de integração, ou seja, as que possuem praças de pedágio, passando assim estas vias secundárias sob a tutela do Governo Estadual, de mesma forma auxiliará na redução da tarifa recolhida pelo usuário.

No aspecto da constitucionalidade do projeto em tela, resta clara a legitimidade do Parlamentar Estadual para legislar acerca da matéria em tela, visto que nada obsta sua iniciativa na busca da redução do tão discutido pedágio rodoviário. Ainda, no aspecto formal em relação à diminuição de receita na medida em que cessa o repasse pelas empresas ao poder concedente das verbas de fiscalização e reaparelhamento das polícias rodoviárias, de mesma forma se encontra sobre o manto da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que tal repasse configura um "plus" ao orçamento do DER/PR e das polícias estadual e federal, pois estas já estão incluídas nos orçamentos de seus entes federados.

Assim sendo, à vista dos argumentos fáticos e jurídicos supra lançados, busca-se apoio dos nobres Pares deste douto Parlamento com fins de diminuir o máximo possível o impacto financeiro do pedágio em



toda a população deste estado. Apesar de ser levado em conta questões como segurança jurídica, direito adquirido, e fiel cumprimento dos contratos, há que se levar em conta o equilíbrio financeiro-econômico dos mesmos, além do lucro aferido pelas empresas concessionárias em detrimento ao cidadão paranaense usuário da rodovia.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; membros da imprensa aqui presentes, comunidade paranaense que nos assiste.

No dia de hoje o jornal Gazeta do Povo estampou uma matéria com o Deputado Leonardo Piciani, do Rio de Janeiro. Um jovem Deputado de 28 anos, bacharel em Direito, que foi designado Relator do novo texto da reforma tributária.

E o que eu achei interessante, e inclusive hoje pela manhã, em contato com o 1º Secretário da Câmara Federal, Deputado Osmar Serraglio, que nos convidou para que na semana que vem estejamos lá para uma reunião com esse Relator, já que por indicação da Mesa Executiva desta Casa eu acabei sendo designado Presidente Nacional da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária, representando todas as Assembléias.

E o mais interessante ainda é que quando foi constituída aqui nesta Casa a 1ª Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária, ainda no ano de 2003, alertávamos da inconstitucionalidade de subtrair o poder de legislar das Assembléias Legislativas em cima do imposto que é dos estados, do ICMS.

Conseguimos, naquela época, sensibilizar o Relator da matéria, que era o Deputado Osmar Serraglio. E ele conseguiu, sugestão aqui desta Assembléia Legislativa do Paraná, manter uma flexibilização de dois para cima e dois para baixo, em cima da alíquota que vier a ser definida nesta reforma constitucional.

E mais interessante ainda é que aquela sugestão que colocamos em 2003 está contida - e o Relator não tinha conhecimento - mas esta contida nesta nova reforma, mas o apoio que foi explicitado por este Relator, à causa não dos estados, mas à causa do pacto federativo, que está estampado como cláusula pétrea na nossa Constituição, ou seja, nenhuma discussão pode sequer ser agilizada ou tocada no Congresso, tendente a diminuir a autonomia dos estados. E nós falávamos: tirar a competência legislativa é retirar a competência e a autonomia dos estados.

E hoje pela manhã, nesta conversa com o Deputado Osmar Serraglio, deixamos bem claro que o Governo Federal, desde 2003, vem tratando com os executivos a

questão da reforma tributária, e a sensibilidade desse Deputado, que foi designado Relator, nos faz crer que aquilo que decidimos lá em Porto Alegre, Deputada Rosane, que estava presente, que era de criar uma Comissão que representasse todas as Assembléias Legislativas nas discussões da reforma tributária, para que eventualmente uma reforma não fosse costurada, trabalhada, aprovada e declarada inconstitucional, logo na seqüência, uma emenda constitucional ser declarada inconstitucional.

E percebo que aquela luta que começamos aqui no Paraná, que levamos para a maioria das Assembléias Legislativas em relação à reforma tributária anterior e agora, em relação a esta, ela começa a ser uma luta que não foi inglória, porque o Relator deixou bem claro, nas palavras dele, ele falou: “Se a redação que foi dada resolver essa questão do pacto federativo, apresento logo o meu parecer”. E se não resolver essa questão, já está subentendido que não vai apresentar um parecer inconstitucional. E ele vai mais além: diz que vai ser rigoroso, não vai aceitar propostas que firam o pacto federativo e que firam a autonomia dos estados.

Unificar o ICMS é tirar a competência dos estados, a quem cabe fazer a legislação. E quem faz a legislação, já alertamos aqui esta Casa, no dia 23 de maio de 2003, quase cinco anos atrás, são as Assembléias Legislativas de todos os estados da federação.

Então, aquilo que começamos gritar aqui sozinhos, com o apoio do ex-Presidente desta Casa, o Deputado Hermas Brandão, da Mesa Executiva, e principalmente de todos os Deputados que faziam parte da legislatura anterior, percebemos que aquela semente gerou frutos e hoje temos a possibilidade de ver essa luz no fim no túnel de que a competência legislativa não será tirada da Assembléia Legislativa do Paraná. E é muito importante, até porque a guerra tributária existe, e se ela está sendo danosa para alguns estados, temos que rever isso? Temos. Mas os contribuintes, muitos têm se beneficiado com isso. E faz parte do jogo. O que temos que criar são mecanismos para que essa guerra não faça com que os estados quebrem. E isso é perfeitamente possível, sem tirar a autonomia dos estados, principalmente em legislar sobre o imposto que aprova.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segunda oradora inscrita no Pequeno Expediente, com a palavra Deputada Beti Pavin.

### ***Deputada Beti Pavin (PMDB)***

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, demais membros que compõem esta Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, fui antecédida ao longo da segunda, terça-feira nesta tribuna pelas colegas, Deputada Rosane Ferreira, Deputado Cida, Deputada Luciana Rafagnin, que brilhantemente abordaram temas relacionados à importância da mulher na vida pública e na vida política.

(Lê):

“Agora mesmo, jornais e emissoras de TV e rádio pautam como destaque em seus noticiários a disputa entre a Senadora Hillary Clinton e seu colega, Senador Barack Obama, pela conquista da candidatura à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, o partido de Franklin Roosevelt, John Kennedy, Jimmy Carter e outros ex-Presidentes famosos, como Bill Clinton, marido de Hillary. Clinton levou o povo norte-americano a tão altos patamares de bem-estar, com grande sucesso econômico, que Bush Filho não conseguiu igualar nestes quase oito anos de Governo.

Hillary, muito mais preparada que o marido, mantém no Senado norte-americano desde 2001 profícua atuação, sobretudo na reforma das regulamentações na área de Saúde e Assistência.

Qualquer que seja o desfecho das primárias norte-americanas, o papel vanguardista da candidatura de Hillary garantir-lhe-á lugar de destaque no coração e na lembrança do povo dos EUA e de todo o mundo.

Não é o único exemplo da vanguarda legislativa-executiva feminina contemporânea. Ângela Merkel na Alemanha, Michele Bachelot no Chile, Cristina Kirchner na Argentina, são exemplos animadores desta vanguarda política internacional.

Todas voltadas para a cristalização de novas e duradouras conquistas sociais. A política, desde Aristóteles, preocupa com a gestão exitosa frente de seus povos.

A verdade é que, pouco a pouco, a velha e ruínoza politicagem dará lugar ao emolduramento de uma sociedade mais preparada, tanto quanto seletiva.

Os valores do convívio em sociedade, a discussão qualitativa dos grandes temas se sobreporão à mediocridade irritante da qual somos, ao mesmo tempo, espectadores e participantes. A mediocridade vicejante na vida pública contemporânea acaba explicada pelo momento de transição, a fase na qual nos encontramos.

Vencido e ultrapassado o ciclo autoritário, com o fim das ditaduras latino-americanas, damos conta de que ainda não chegamos à forma de democracia participativa e substancial que desejamos.

E tudo isso, sob a ótica feminina, não difere da ótica masculina. Aliás, não deve haver gênero diferenciado na visão da política. A visão é apenas uma! Variação pode haver na abordagem do tema, que levará em conta princípios despertados pela visão pessoal de cada observador, seja homem ou mulher. Aliás, o ideal seria até que pensássemos igualzinho. Assim, poder-se-ia ter a esperança de que o mundo seria muito melhor para nós, mulheres! E também para os homens... Bem, creio que isso é impossível, apenas um sonho. Mas como mulher, não abduco do direito de sonhar.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

## ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sinceramente, espero que seja a última vez que eu tenha que vir a esta tribuna tratar desse tipo de assunto, porque o ideal é tratar de temas mais importantes para a sociedade, como tratei há pouco a questão dos fornecedores dos supermercados do Paraná. Temas como: Agricultura, Saúde, Educação.

Mas não posso me furtar em abordar a carta que o Presidente do Diretório do PMDB distribuiu à imprensa, enviada para o Deputado Romanelli. Nela ele aborda coisas que não são verdadeiras.

Ele começa, na sua carta, se referindo a um pronunciamento do Ministro Reinhold Stephanes, onde fala filosoficamente que: “Em circunstâncias eleitorais, onde a reeleição existe, como é o caso do Brasil, um Prefeito bom para razoável é imbatível numa eleição”.

Isso é um conceito! Claro, toda regra tem exceção!

Tanto que o meu sonho seria ser candidato à Prefeitura de Curitiba. Quero isto e um dia vou ser.

Mas, para denegrir essa frase dita pelo Ministro, começa atacando a pessoa do Ministro. Quem é ele para atacar a pessoa do Ministro? Infelizmente, um ex-detento que não se ressocializou. Eu diria ao Deputado Ney Leprevost, que foi Secretário de Estado e conhece bem o programa “pintando a liberdade”, no qual os presos têm condições de fazer bolas e outras atividades de trabalho, que se ele tivesse feito isso quando esteve detento, talvez estivesse mais bem integrado à sociedade e não usasse esse tipo de linguagem.

Infelizmente, esse é o Presidente do PMDB de Curitiba. Alguém em quem faltam qualidades morais e que, na hora de atacar, mente. Mente que o Ministro se aposentou aos 43 anos, numa carta, para atacar uma frase dita. Não é verdade! Mente quando diz que o neto do Ministro, Fernando Stephanes, se formou em Direito, esta semana, pela PUC, está morando no Rio de Janeiro, é candidato a Vereador e vai ser beneficiado pela estrutura da Prefeitura de Curitiba. Não precisa disso. Se ele fosse candidato, é um jovem muito bom e muito bem preparado, mas não é candidato. Então, mais uma mentira.

Fala que se serviu dos Governos. Ele nunca se serviu do Governo. É uma das pessoas mais honestas que o Brasil tem, mais competentes. Ele serve ao Brasil, por isso que ele conseguiu ser Ministro de Geisel, de Collor, de Fernando Henrique e, agora, de Lula, porque é alguém honesto e competente. Já geriu a Saúde do Brasil, a Previdência, o Trabalho, a Ação Social, agora a Agricultura. Aqui em Curitiba já geriu a Secretaria de Finanças do município; já foi Secretário da Agricultura do Paraná, do Planejamento, da Administração; foi Presidente do BANESTADO, onde saneou e moralizou.

Muito me entristece, porque um Presidente de partido, no mínimo, tem que saber a liderança que a pessoa representa e, também, tem que ter condições de ligar para

o Ministro e falar: “Ministro, aconteceu alguma coisa?” Era o mínimo, mas é desqualificado, que quando estava preso, o ex-detento Doático Santos, acho que não teve a oportunidade de ressocializar, coisa que espero que no futuro ele tenha, já que tem muitos processos, e que ele volte a ter essa oportunidade.

Ele mandou uma carta - aquela frente ampla do PMDB: “Assunto encerrado - Moreira é o candidato!” Me desculpem, Moreira é um pré-candidato e o PMDB tem muitos bons pré-candidatos. O PMDB tem jovens idealistas com vontade de trabalhar, como o Deputado Federal Marcelo Almeida, como o Rodrigo Rocha Loures. O PMDB tem um ex-Prefeito, que foi um grande Prefeito em Curitiba, experiente, grande orador, um tribuno de primeira: Rafael Greca.

A lei permite que todos nós participemos de uma convenção. Então, estarei presente na convenção, porque tenho idéias para Curitiba, porque quero transformar esta cidade. Então, enquanto a lei permitir, vou lutar para ser candidato.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pedido do Deputado Duílio Genari, esta presidência anuncia, com satisfação, a presença do Prefeito de Matelândia, Edson Antônio Primon. De igual maneira, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin, anunciamos a presença do Vereador Juracir Serra Bezerra, de Mandaguáçu. Sejam bem-vindos a nossa Casa!

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno. V. Exa. tem cinco minutos, Deputado.

### ***Deputado Edgar Bueno (PDT)***

#### O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente Nelson Justus; Srs. membros da Mesa; Sras. e Srs. Deputados:

Somo-me às homenagens ao Prefeito de Matelândia e Presidente da AMOP, Prefeito Edson Primon.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a um assunto que é requeitado, mas que é importante trazer a esta Assembléia Legislativa, porque é um assunto que preocupa toda a Universidade do Oeste do Paraná. Hoje, se uniram universitários de Toledo com os de Cascavel e ocuparam a Reitoria de Cascavel, por culpa de uma manobra, de uma atitude errada, por aqueles que orientaram mal o Governador Roberto Requião, para nomear o 2º lugar e não o 1º. Essa ocupação na Reitoria vai trazer grandes prejuízos.

Deputado Rossoni, na próxima sexta-feira vai acontecer uma Audiência Pública em Cascavel, onde os universitários dos cinco *campi* estarão reunidos para uma ação mais eficiente e mais enérgica contra a nomeação do 2º colocado. Não se respeitou aquilo que as urnas determinaram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante que se diga que o nomeado pelo Governador Alcebíades Luiz Orlandi e o preterido Altevir Castro dos Santos, não entra na discussão da competência administrativa. Entramos na competência de se nomear o 2º lugar e preterir aquele que foi o 1º colocado. A Secretária da Ciência e Tecnologia, Lygia Pupatto, trouxe e inventou um empate técnico para que o Governador tomasse essa posição. Esse empate técnico significa que é uma invenção da Secretária. Não é uma coisa real, houve o vencedor e os perdedores.

Sr. Presidente, está sobre a sua mesa uma PEC, que foi apresentada pelos Deputados Elton Welter, Péricles de Mello e por este que vos fala. Fomos os autores dessa emenda. Está na sua mesa e com a sua assessoria, para que possamos fazer andar e é necessário que o senhor convoque os partidos e nomeie a Comissão Especial, para resolvermos de uma vez por todas, não criando esse constrangimento, não só dos universitários, mas para o próprio Governador. Queremos ajudar o Governador, porque se acabarem com a lista tríplice e nomearem aquele que foi o vencedor, acho que é uma coisa justa e não traz nenhum desgaste político, nem de aborrecimento e nem daquele para aquele que tem que nomear, o 2º lugar, muitas vezes por pressões políticas.

Srs. Deputados, fazer um apelo aos Líderes partidários, para que indiquem ao Presidente Nelson Justus, o mais rápido possível, essa lista da Comissão Especial, para que possamos fazer essa PEC andar e acabar com essa história da lista tríplice. Se isso não acontecer aqui na Assembléia Legislativa, vamos solicitar que se acabe com as eleições, porque aí é uma farsa. Para que disputar, votar, fazer campanha? Para que você vai criar um desgaste como esse, se não é respeitada a vontade das urnas, dos universitários e da comunidade universitária, dos professores e servidores da Educação de 3º grau do Paraná? A UNIOESTE não é só Cascavel, Toledo, mas é Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, cinco municípios que estão envolvidos em uma região que foi desrespeitada.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais cinco minutos, Deputado.

#### O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Uso o horário da Liderança do PDT, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por conseguinte, V. Exa. tem mais 10 minutos.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PDT***

#### O SR. EDGAR BUENO

Vamos acabar com a lista tríplice, vamos atender o apelo das urnas, vamos respeitar as urnas e fazer com que a vontade do povo - nesse caso especificamente o povo universitário - possa ser respeitada. Mas é preciso que

esta Casa tome posição. É preciso que esta Casa aprenda que, se quiser corrigir distorções desta natureza, tem que agir. Estamos colocando nas mãos dos Srs. Parlamentares, não só da Oposição, não, mas principalmente de interesse da base do Governo, para que atendam esse dispositivo para não criarem esse desgaste para o seu próprio Governador.

Gostaria de conceder um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Apenas para parabenizá-lo e dizer que o senhor realmente está certo quando solicita esse procedimento à Mesa, porque na verdade quando essa colocação da lista tríplice dá ao Executivo, ao nosso Governador, todo o poder para que ele nomeie o primeiro, ou o segundo, ou o terceiro, porque a partir do momento em que você apresenta uma lista tríplice, já se anula a questão das urnas, quais foram as votações ou número de votos que cada um dos concorrentes apresentou, ou seja, o resultado prévio das urnas. Então, o caminho realmente é esse: é fazer com que a PEC ande e que possamos aprovar e tenhamos eleições diretas para as universidades do estado do Paraná.

Muito obrigada.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Agradeço o aparte da Deputada Rosane Ferreira, que vem contribuir com o que estamos dizendo.

Gostaria de fazer esse apelo e dizer o seguinte: há instrumentos, nós temos que agir. Se quisermos credibilidade ao Poder Legislativo, temos que acabar com essas distorções, e se acaba imediatamente, porque a lista tríplice é uma farsa e, além do mais, cria um grande desgaste.

Tenho a impressão que isso não agrada nenhum governante, que vem sofrendo pressões de todos os lados, cada um querendo apresentar o seu candidato e as forças políticas que apóiam o Governador acabam influenciando e o Governador acaba cometendo um grande erro, e esse é um erro imperdoável para a UNIOESTE, para o oeste do Paraná. E quem convenceu o Governador a nomear o 2º colocado deveria estar pedindo desculpas, porque o desgaste não é daquele que levou essa manobra para o Governador; o desgaste está direcionado ao Governador, está sofrendo um desgaste na região, na comunidade, está sofrendo um desgaste na região, na comunidade universitária, onde ele foi sempre respeitado. E, olhem, vão paralisar a UNIOESTE. Ou se toma uma posição diferente, ou pára. E parando, todos os senhores sabem quanto vamos dar de prejuízo à comunidade universitária: a sequência das aulas, pára tudo, cria um impasse, cria o desrespeito, a discussão, invasão, não, mas ocupação, como diz o PT - fica uma palavra mais elegante, mais bonita - mas os universitários estão fazendo a ocupação da UNIOESTE.

Esse é um dos assuntos que eu gostaria de compartilhar com todos os Srs. Deputados. Compartilhar, porque quando o instrumento está em nossas mãos, quando temos o poder de induzir e corrigir erros, resolver de uma vez por todas esses problemas, então temos que agir mesmo. Se não agirmos aqui, não seremos dignos de estarmos aqui representando. Não temos que representar, temos que resolver os problemas. E para resolvermos os problemas, é preciso fazer andar a PEC que já está tramitando nesta Casa, que já está à disposição de uma tomada de decisões.

Sr. Presidente, hoje eu leio aqui uma matéria do jornal Hoje, de Cascavel, do dia 5 de março, que fala de uma devolução que o Secretário e a Secretaria de Educação de Cascavel devem fazer ao FUNDEB, de R\$ 500 mil. Essa devolução trata de dinheiro mal empregado. O Promotor Choinski diz aqui de algumas irregularidades. De acordo com um dos representantes do Conselho, que pediu para não ser identificado, o montante que o município terá que devolver é de aproximadamente R\$ 500 mil, fruto de pagamentos irregulares feitos com os recursos carimbados do FUNDEF. Com a verba, foram pagas linhas de transporte urbano exclusivo para universitários, salários de professores cedidos para outras secretarias, multas das contas de água. Multas das contas de água! A Secretaria da Educação tem dinheiro, sempre teve dinheiro disponível. Será que não pagaram a água e depois tem que pagar a multa de água e de luz? Isso significa desorganização! Salários de licença-maternidade e licença-prêmio, entre outros.

Mas, o Promotor Público de Cascavel, Dr. Carlos Choinski, munido de documentos, confirmou que os recursos foram utilizados de forma irregular. E se foram de forma irregular, claro que o município vai ter que devolver. O município terá que devolver ao FUNDEB todo esse valor. Aí dentro de tudo que está especificado nessa matéria, também estamos ouvindo algumas autoridades dizendo que tem superfaturamento nesses gastos irregulares.

Então, vamos ter que discutir essa questão do des-caminho do dinheiro público, que eu não estou dizendo que foi roubado, mas, estou dizendo que houve erro na interpretação do Vice-Prefeito de Cascavel, Vander Piaia, que era na época, ou seja, no ano passado, o Secretário da Educação de Cascavel.

Houve o erro, vai pagar agora. Quem vai perder? A Secretaria da Educação. Os recursos destinados para educar a nossa população, para pagar os nossos funcionários, para pagar os nossos professores. Enfim, temos que resolver esse problema do município de Cascavel que está lá há três anos, e a notícia que se tem, em tudo que se faz, na obra que se contrata, na informatização da Saúde, na compra de terreno para cemitério. Em tudo isso tem cheiro de superfaturamento. Tem cheiro de desvio, de malandragem, de enriquecimento ilícito e fácil com o dinheiro público.

Uma área, Deputado Rossoni, Deputado Belinati, que ficou um ano anunciada para se vender por R\$ 250 mil. A Prefeitura, numa madrugada, acho que depois de algumas festas, pagaram na boca do caixa, R\$ 680 mil, numa área que estava anunciada por mais de um ano, pelo empresário, para vender por R\$ 250 mil. Ainda bem que a Câmara de Vereadores elucida nesse episódio. Aliás, alguns Vereadores, outros já se entregaram, outros participam de toda essa história da malversação, desse bolo que acontece em Cascavel - mas alguns Vereadores entraram na Justiça e a Justiça determinou à Prefeitura que devolvesse os R\$ 680 mil. Desmancharam o negócio da malandragem, da esperteza.

A contratação de informatização da Saúde de Cascavel, que estava cotada na faixa de R\$ 500 a R\$ 750 mil, a Prefeitura de Cascavel, boazinha, contratou por R\$ 1 milhão e 760 mil.

Vejo que tem alguns Deputados aqui, olhando abismados com o exagero que muitas vezes uma Administração Pública, que não tem compromisso com a transparência, que não tem compromisso com a verdade, que não tem compromisso com os interesses da população, essa Administração é que está aí a governar o município de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo a essa tribuna para me referir a um problema que vem sendo criado por um detento não ressocializado. Um ex-detento não ressocializado criando um clima de instabilidade, cujo poderio militar eu já alertei que existia há um ano atrás, quando esta Casa, em moção de repúdio, tomou *persona non grata* no estado do Paraná.

O ex-detento não ressocializado, Hugo Chávez - Presidente da Venezuela, que foi preso há anos atrás devido a um golpe militar, ter oportunidade de aprender e conhecer o exercício da democracia e da liberdade, mas não quis se socializar, preferiu ser um projeto mal sucedido de ditador e hoje cria um clima de instabilidade no nosso continente.

O Sr. Hugo Chávez está criando a desavença na América Latina. Vemos tropas da Venezuela e do Equador enfileiradas nas fronteiras da Colômbia, tudo porque o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, prendeu o n° 2 da FARC, as Forças Armadas Revolucionária da Colômbia. O maior cartel de narcotráfico e de criminalidade do nosso continente são as FARC.

Ontem o Presidente do Equador, que esteve no Brasil fazendo uma visita ao Presidente Lula - e aqui vale um elogio ao Presidente da República, por estar tentando não se envolver nesse conflito, acho que o Brasil não

deve se envolver nesse conflito, deve apenas exercer o papel de mediador, já que o problema é exatamente no nosso continente - mas ontem o Presidente do Equador revelou à toda imprensa nacional que é muito provável que as FARC já estejam no Brasil, na selva amazônica.

Ora, Sr. Presidente! Quando alertei aqui nesta tribuna para o clima de instabilidade que estava sendo gerado pelo ex-detento não ressocializado Hugo Chávez, fui muito criticado por alguns, fui alvo de ataques, de nutrir uma simpatia exagerada pelo imperialismo exagerado entre o país norte-americano, como ainda gostam de colocar publicamente algumas pessoas que não perceberam a queda do muro de Berlim e que enxergam o mundo em preto e branco. Enxergam o mundo dividido entre Esquerda e Direita, esquecendo-se das palavras do Líder histórico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Ulysses Guimarães, que dizia: “Nem para a Esquerda, nem para a Direita, é para frente que se anda”.

Ora! Quando alertei que o Paraná deveria se afastar de Hugo Chávez, fiz um alerta correto.

Hoje, mais do que nunca, tenho convicção de que devemos nos distanciar completamente, não do povo venezuelano, mas desse Líder nocivo na América Latina e que está gerando confronto, conflito em todo nosso continente.

Por outro lado, faz-se mister que a Polícia Federal brasileira investigue a denúncia do Presidente do Equador. Não podemos, Sr. Presidente, admitir em hipótese alguma que as FARC, que seqüestram, as FARC que assaltam, as FARC que contrabandeiam, as FARC que traficam, se instalem no nosso país.

Peço através desta Casa de Leis, ao Governo Federal e à Polícia Federal tolerância zero contra a presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia no nosso país. Vamos extirpar este mal antes que a situação agrave-se ainda mais. E espero que o Governo do Paraná continue mantendo uma distância saudável - aparentemente vem mantendo nos últimos meses - deste Governo corrupto e ditatorial do Sr. Hugo Chávez, o grande fazedor de intrigas da América Latina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma honra estar aqui e poder falar de um tema que vamos tratar, certamente, no processo político eleitoral municipal. Hoje vim aqui para fazer um elogio público da ação da Polícia Federal e por parte do Superintendente da Polícia Federal do Paraná, Delci Teixeira e do Secretário de Segurança, Luiz Fernando Delazari.

A operação que foi feita na região noroeste do estado, onde se prendeu muita gente, inclusive policiais militares, em função do atentado que sofreu o Juiz Federal Azambuja, e graças a Deus foram presos os suspeitos e eles revelaram fontes e foram expedidos próximo a 50 mandados de prisão. Foram presos Vereadores, Vice-Prefeitos. E nós precisamos reconhecer que quando a Polícia age de forma enérgica, dura, precisamos aqui reconhecer e louvar a ação da Polícia. Muitas vezes com toda a dificuldade que tem.

Nós, que conhecemos a situação da divisa do rio Paraná, envolve Mato Grosso, Paraguai, sabemos quanto é usado o rio para fazer o tráfico de drogas, tráfico de armas. Sei o quanto as lideranças daquela região, Prefeitos, Vereadores, reclamam e clamam para que a Polícia haja, faça ações enérgicas e duras.

Num primeiro momento, na região à beira-lago, foram trocados, remanejados muitos policiais, de toda a região dos lindeiros. E houve críticas por parte das lideranças. Mas, isto foi fundamental para que houvesse uma correção, onde havia suspeita de policiais envolvidos, também, e que protegiam o tráfico de drogas.

Então, quando ocorrem ações concretas como estas, onde foram feitas várias e várias prisões, praticamente cinco dezenas de presos e os nomes não foram revelados, para preservar, pode ser que tenha algum inocente no meio. Isto dará mais segurança, certamente, à população regional.

Venho aqui, de público, Sr. Presidente, parabenizar a ação firme da Polícia Federal, através do Superintendente Delci Teixeira e do Secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, que diga-se de passagem tem um projeto de lei nesta Casa que trata da reestruturação nos IMLs do Paraná, tendo mais médicos legistas, que é um problema que já ocorre, segundo uma técnica que trabalha neste órgão, desde 1996.

Temos problemas neste órgão e agora, com o novo interventor que o Governador nomeou, esperamos que sejam amenizados os problemas do IML, que de fato tem problemas em muitas regiões. Hoje de manhã tivemos uma Audiência na Comissão que vai tratar da ampliação de funcionários do IML do Paraná, e certamente será um bom projeto que precisa tramitar e ser votado com urgência.

Então, mostra mais uma vez a preocupação do Governador Requião, e fazendo com que o Delazari que formatou esse projeto que está tramitando, que ele tramite o quanto antes para buscarmos uma solução para os IMLs, onde têm problemas no Paraná.

Obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra no Grande Expediente Deputado Elio Rusch, por 15 minutos.

## ***Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje quero falar sobre um assunto por demais debatido aqui na Casa e que foi bandeira do Governador do Estado do Paraná nas duas últimas eleições: o pedágio. Srs. Deputados, o pedágio na verdade é um mal necessário. O pedágio existe em quase todos os estados do Brasil, e existe em diversos países do nosso continente, inclusive na China que é um país comunista, tem pedágio. E aqui na Assembléia votamos inúmeros projetos em relação ao pedágio.

Um dos primeiros projetos de autoria do Governo do Estado visava a encampação do pedágio no estado do Paraná. Deputado Ademar Traiano, naquela ocasião alertávamos: a encampação ela é possível? Sim, ela é possível, desde que o Governo indenize as empresas pelos investimentos que elas já fizeram e que elas não saiam no prejuízo. Nós votamos. O Governador não encampou, por quê? Porque não dispunha de dinheiro.

Votamos aqui leis isentando o pagamento do pedágio das motos no estado do Paraná, uma lei que considero totalmente inconstitucional, e aliás, votei contra aquela lei. Votamos uma lei isentando o pagamento do pedágio dos veículos que estavam emplacados nos municípios onde estavam estabelecidas as praças de pedágio.

Agora, quero fazer uma colocação para os Srs. Deputados e à imprensa do Paraná: os senhores sabiam, e a imprensa do Paraná sabia que cada vez que você põe a mão no bolso numa praça de pedágio você paga um percentual para o Governo do Estado? Você sabia que cada vez que você paga cinco, seis, ou R\$ 10, desse valor vai um valor líquido para o Governo do Estado, com qual finalidade? Qual é a finalidade desses recursos? A finalidade desses recursos é para fiscalizar as empresas concessionárias, para reaparelhar a Polícia Rodoviária que patrulha essas rodovias. Então, vou dizer o seguinte hoje para os senhores: se o Governador do Estado do Paraná fez do pedágio e faz do pedágio o seu cavalo de batalha, vamos apresentar uma solução para o Governador do pedágio, e já protocolamos na Assembléia aqui hoje um projeto de lei que autoriza o Governador do Estado do Paraná a não mais cobrar a taxa que cobra, não das concessionárias, mas das pessoas que pagam o pedágio.

Se o Governador do Estado do Paraná abrir mão dessa taxa, automaticamente, vai reduzir o custo de pedágio no estado do Paraná.

Vamos por uma outra linha se instalaram diversas praças de pedágio em nosso estado. Vou citar um exemplo: a BR-277 que liga Curitiba a Paranaguá, que é explorada pela Ecovia.

Na verdade, existe só uma praça de pedágio. Mas a Ecovia tem que conservar e dar assistência para quatro rodovias: a 277, Curitiba-Paranaguá; Alexandra-Matinhos, que liga a Pontal do Paraná e que liga a Antonina.

Que o Governador do Estado do Paraná assuma as suas rodovias, porque são todas rodovias estaduais.

Vamos ver quais são essas rodovias: a estrada Alexandra-Matinhos é a PR-508; que liga a 277 a Pontal do Paraná é a PR-408 e a que liga a 277 a Antonina é a PR-407. São três rodovias estaduais.

O Governador do Estado do Paraná senta com a Ecovia e diz o seguinte: “A partir do mês que vem vou assumir as minhas rodovias e isso será recompensado no equilíbrio financeiro.” E isso vai reverter em desconto para as pessoas que passam na praça de pedágio.

Quanto vai resultar isso? Não sei! Vinte, 30%? Não sei! Mas se reverte a um desconto.

Quanto é que o Governo do Estado ganha das rodovias concessionadas para reaparelhamento da Polícia Rodoviária? O Governo do Estado não cobra a sua taxa para fiscalização?

Ora, porque cobrar do usuário para fiscalizar a obra? O DER que fiscalize.

O Governo quer reduzir o custo do pedágio? Reduza. Está aqui a solução. Projeto de lei que apresentamos e vamos distribuir para a imprensa. E não tem nada de ilegalidade. É a idéia que o Parlamento do Estado do Paraná pode dar ao Governador do Estado do Paraná.

Diz o nosso projeto, subscrito por diversos Parlamentares: *Artigo 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná...*

#### **(Lê seu projeto de lei)**

Quero dizer, Deputado Romanelli, que esta é uma saída, sem afetar o equilíbrio econômico e financeiro das empresas, porque não podemos conceber que o Governo do Estado quer reduzir o pedágio e nada faz. Se ele quer reduzir, abra mão da sua taxa, não cobre do proprietário de veículo que passa pela concessionária. Acredito que este seja o único projeto que tem encaminhado até hoje, aqui na Assembleia Legislativa, viável, sem problema nenhum, que o Governador possa resolver porque não se cobra. Ele não vai cobrar, a concessionária não precisa pagar.

A concessionária não precisa conservar rodovia que não faz parte do anel de integração. Sente com ela e veja qual o custo que ela tem, abra mão disso e transforme isso em desconto para usuário. Essa é a realidade. É isso que pode acontecer. Então, está aí uma idéia para o Governador do Paraná resolver o problema que lhe afeta tanto.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

##### **(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que já ouvi tantos discursos, aqui nesta Casa, com relação à questão pedágio. Nós mesmos proferimos alguns discursos cobrando uma ação do Governador em função de compromissos firmados.

Entendo que seu projeto é uma das iniciativas mais inteligentes, até agora, apresentadas nesta Casa, porque traz uma solução política para o próprio Governador Roberto Requião, que tem uma vontade enorme de fazer a redução da tarifa do pedágio ao povo paranaense. Aqui está a oportunidade proposta por um Deputado de Oposição e subscrito por outros Srs. Deputados, trazendo uma iniciativa inteligente, que não compromete o Governo do Estado e, com certeza, tenho a confiança absoluta que as próprias concessionárias seriam simpáticas a essa idéia.

A função do Governo é de exercer a função social. O compromisso de manutenção e recuperação da malha viária estadual é do Governo. Portanto, não há motivo para não aceitar uma iniciativa dessa natureza, trazendo para si a responsabilidade da manutenção da malha viária que já lhe pertence e, automaticamente, atendendo o grande pleito e compromisso do Governador, estaria dando uma redução considerável no preço do pedágio do estado do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Louvo sua iniciativa e, com certeza, terá a nossa aprovação.

#### **O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)**

Permite um aparte, Deputado?

##### **(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento! Nós subscrevemos este projeto, inclusive, junto com V. Exa., mas é preciso lembrar, não custa lembrar daquele famoso debate da televisão entre o candidato Álvaro Dias e o candidato Roberto Requião. A pergunta era: ‘O que vai acontecer com o pedágio?’ O Senador Álvaro Dias respondeu: “Vou criar uma Comissão, fazer uma auditoria e ver o que é possível fazer”. O Requião disse assim: “Álvaro, Álvaro, não Álvaro! Eu ganho a eleição e no dia seguinte o pedágio baixa ou acaba!” E o povo captou a mensagem do Requião, captou a mensagem, acreditou.

O compromisso do qual falou o Deputado Traiano é do Governador Requião ainda com o povo do Paraná. Aí a Procuradora Geral, a Dra. Josélia, sai do Governo, foi convidada a sair, dizendo que o Governador Requião não tinha vontade de fazer uma readequação no pedágio do Paraná. Não é a Oposição que está dizendo, não, são os Deputados de Oposição que estão dizendo, a ex-Procuradora saiu dizendo isso. Essa é a situação atual. Estamos apresentando uma solução e discutimos isso com o próprio Deputado Romanelli lá atrás.

Na época do contrato, o dólar extrapolava os limites e hoje o dólar está em outra situação. Por isso é que essas outras empresas que participaram dos leilões, da concorrência das rodovias pelo Governo Federal, abaixaram o preço. Não sou e não quero ser porta-voz das concessionárias. Acho um horror o preço do pedágio. Será que elas querem negociar de verdade? A Procuradora saiu dizendo que o Governador não queria. Quem está dando discurso para nós é o próprio pessoal do Governo. Precisamos esclarecer isso para a população.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Concluo e agradeço aos Deputados Luiz Carlos Martins e Traiano. Peço desculpas ao Deputado Romanelli, mas o tempo não me permite. Prazerosamente cederia para que pudéssemos travar um debate sobre essa questão.

A questão do pedágio sempre é usada por alguém. Todos nós, aqui, da Assembléia Legislativa, os 54 Deputados entendem que talvez o pedágio seja muito alto. Está aqui uma solução, o Governador do Estado do Paraná abre mão da sua taxa, ele não cobra taxa. Não é justo que o Governador, que é contra o aumento, queira reduzir o pedágio, mas cobre uma taxa de todas as pessoas que passam pela praça. Apresentarei nos próximos dias uma sugestão para o Governo Federal, para que ele também abra mão das taxas e dos impostos das empresas concessionárias, que exploram o pedágio no Brasil inteiro, porque as rodovias são do Governo Federal.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

**(Assentimento)**

Apenas para esclarecer que quando há pouco utilizei a tribuna, não me referi ao Presidente do Diretório Estadual do PTB, Deputado Waldyr Pugliesi, por quem tenho admiração, o considero uma pessoa capaz, competente e de primeira grandeza. Estava me referindo ao ex-detento, não ressociabilizado, Doático dos Santos.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pela ordem?

**(Assentimento)**

Uma questão de ordem em relação ao Projeto de Lei nº 772/07, de minha autoria, que foi retirado na Sessão do dia 12 e já deveria ter voltado à Ordem do Dia. Solicito a V. Exa. que seja incluído o quanto antes, de acordo como determina a lei, nas sessões desta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

**(Assentimento)**

Havia decidido que não iria expressar um juízo de valores sobre o pronunciamento que fez o Deputado Stephanes Júnior, mas como ele insiste no tema, dizer que o ex-Vereador, Presidente do partido em Curitiba, Doático dos Santos, teve um episódio único na vida dele - V. Exa. sabe - e esta Casa se mobilizou, por conta de uma manifestação legítima que fez do Movimento Social, ainda para poder reivindicar a luta pela posse da terra, junto a Companhia de Habitação de Curitiba - COHAB, nos anos 90. Daquele episódio houve um resultado de um ponto de vista objetivo muito ruim. V. Exa. sabe que se não fosse o Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury...

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, ele está fazendo um discurso, peça explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Romanelli, temos que regulamentar algumas coisas aqui na Casa. Deputado Romanelli, concordo perfeitamente que V. Exa. faça a defesa do Presidente do Diretório Municipal do PMDB, e V. Exa. tem todos os motivos e todas as razões para isso. Só pediria, Deputado Romanelli, para que não tumultuássemos a Sessão, que V. Exa. fizesse essa defesa durante o Horário da Liderança ou do PMDB, porque senão outros Deputados irão pedir pela ordem e vão discursar. Entendo que V. Exa. quer fazer a defesa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pedi pela ordem porque foi desta forma que o Deputado Stephanes Júnior fez...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E como ele fez, eu já havia decidido não falar nada, mas entendo que o tema voltou à tona...

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Ele sempre faz isso com todo mundo, é regra ele fazer isso com todos os Deputados da Casa: fala, interrompe e faz o discurso. Não pode ser assim a Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**PMDB**)

Lamento profundamente.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, no intuito de colaborar com essa questão polêmica, ontem o Deputado Nereu Moura já trouxe os pedidos de pela ordem, quando regimentalmente muitas vezes não são pela ordem. Gostaria de sugerir que quando não for pela ordem, de acordo com o Regimento, os Deputados passem a utilizar para comunicado à Mesa. Então, saberemos que se trata de um simples comunicado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. O que não se pode é pedir pela ordem e fazer um discurso, senão não vamos sair daqui. Estou procurando ser o mais justo, o mais fidalgo possível com V. Exas., mas estão havendo abusos e vou ter que coibi-los. A história de poder falar o que quiser pela ordem, vou ter que acabar tendo que cortar. Gostaria de decidir isso em uma reunião com as lideranças, até para que não se cometa nenhuma indelicadeza com quem quer que seja. Mas, que bem um dos dois oradores que usaram o microfone falaram alguma coisa pela ordem. Não falaram mesmo!

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Osmar Bertoldi.



## **Deputado Osmar Bertoldi (Partido Democratas)**

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentar os visitantes da Casa e dizer que o que me traz a esta tribuna é um assunto, uma visita que fiz na semana passada na questão de aterro sanitário.

Na década de 80, Curitiba e região metropolitana eram uma referência na questão de reciclagem de lixo, a nível mundial. A nível nacional, infelizmente, ainda é uma referência, porque o Brasil recicla muito pouco. Na questão do lixo, infelizmente, o Brasil ainda está atrasado nos sistemas de tratamento. Existem muitos lixões, enfim, não existe um destino adequado ao lixo urbano.

Mas, Curitiba foi referência reciclando em torno de 22% do seu lixo urbano naquela década com programas como Lixo que não é Lixo, Câmbio Verde, que se troca lixo por alimentos nas comunidades carentes onde não se tem acesso aos caminhões de lixo. E veio ao longo do tempo perdendo para outras cidades. Temos exemplos aí de cidades americanas, como é o caso de São Francisco, na Califórnia, que reciclam em torno de 70% do seu lixo urbano.

Pois bem, estive observando que a cidade de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro têm procurado através do seu sistema de aterro sanitário, e Curitiba foi uma das pioneiras nesse sistema de tratamento, e naquela mesma década acabou desativando o lixão da Lamenha Pequena e construindo o atual aterro da Caximba, que hoje coleta lixo dos 11 municípios vizinhos, em torno de 3 mil toneladas/dias. Na verdade, visitei na semana passada o aterro Bandeirantes, o aterro São João, o Caieiras, isso na cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro o aterro Camacho e o aterro Nova Iguaçu.

O que fui lá ver? Fui lá ver o gerenciamento do lixo e o aproveitamento do potencial energético através do crédito de carbono. O que é isso? É um mecanismo criado onde países em desenvolvimento podem se creditar, através de uma moeda de troca, através do Tratado de Kioto, deste crédito que países desenvolvidos vêm e compram esse crédito de carbono, através da ONU e através do Tratado de Kioto.

O que acontece com a cidade de São Paulo? O aterro Bandeirantes e o aterro São João, hoje, o Bandeirantes desativado e o São João em atividade, são grandes geradores de crédito de carbono e o aterro Bandeirantes em especial é o maior gerador de crédito de carbono e de energia do mundo, através do gás metano que sai dos aterros sanitários.

O aterro sanitário produz dois grandes passivos ambientais, o gás metano, o CO<sub>2</sub> e outros gases do efeito estufa. O gás metano, para se ter uma idéia, ele é 21 vezes mais forte que o CO<sub>2</sub>.

Para se ter uma noção, na cidade de São Paulo, do bem que isso tem feito para aquela cidade, o que eles conseguem resgatar de gás metano e outros gases representa a mesma coisa que polui 40% da frota da cidade de São Paulo. Então, um bem ambiental tremendo. Uma geração de riqueza muito vultuosa. A cidade de São Paulo, há cerca de um mês atrás, a sua primeira emissão de crédito de carbono gerando aos cofres públicos daquele município cerca de R\$ 34 milhões. É uma verdadeira loucura quando se pára para pensar que o lixo, um passivo ambiental, se torna uma riqueza. Aí que a coisa mais interessante do desenvolvimento sustentável é que ele além de ser bom para a humanidade de um modo geral, ele é economicamente viável.

O que ocorreu ao longo deste ano, a cidade de São Paulo se organizou e conseguiu ter o gerenciamento do lixo urbano, melhor do que o nosso, em seus aterros sanitários.

Estive visitando também a cidade do Rio de Janeiro. O que acontece: você tem condição de gerar crédito de carbono de duas maneiras, ou transformando ele em energia e uma parte desse crédito acaba sendo queimado e tratado, de maneira que é jogado na atmosfera apenas vapor, ou somente ele sendo um tratamento primário, que é o da queima do gás metano, que é o que é feito na cidade do Rio de Janeiro. É o que é feito em alguns aterros das próprias cidades de São Paulo.

Estive visitando o projeto Nova Gerar, que é na cidade de Nova Iguaçu, onde esse projeto foi o primeiro projeto homologado na OUN, através do mecanismo de desenvolvimento olímpico. Esse projeto tem gerado crédito de carbono, com sua receita antecipadamente já vendida a um banco holandês, e com os recursos desse projeto parte deles também indo ao município daquela cidade através de benfeitorias no próprio município.

São Paulo 50%, nessa outra cidade 35% dos créditos gerados. O que acontece com isso tudo? Essas cidades conseguiram tratar esse passivo ambiental sempre de uma maneira conjugada com algum problema anterior. No Rio de Janeiro, em contrapartida, a empresa que se beneficia com os créditos também trata do antigo lixão, recuperando esse lixão e aproveitando, também, o gás metano e tratando o chorume, que é aquele líquido horrendo que sai do aterro sanitário e, que no caso nosso aqui na Caximba, ele é tratado por sistema de lagoas e areação, depois jogado ao rio Iguaçu. No caso do Rio de Janeiro ele é evaporado, ou seja, nada vai para o rio nenhum, vai por sistema de evaporação, também um sistema de queima do chorume e que com isso você não causa nenhum dano ambiental.

Pois bem! Não seria justo visitar outras cidades e não se informar do que a cidade de Curitiba vem fazendo no que diz respeito à questão do lixo urbano, até porque todos sabemos, estamos num processo de concorrência pública, com edital lançado e que esse edital, ao meu ver,

ele é ambientalmente correto. Ele tem alguns quesitos muito interessantes, como reciclagem de 60% do lixo nos primeiros três anos, no quinto ano de reciclagem de 80%, chegando até 100% no sexto ano.

Ele é bastante ousado, com previsão de usina de compostagem, com tratamento na própria central de tratamento do lixo, não somente na reciclagem feita domiciliar mas também no lixo que será levado a essa central.

Acredito que com isso, se tiver sucesso essa ação da Prefeitura, acredito que Curitiba volte a ser referência.

Infelizmente não consegui encontrar algum tipo de estudo no que diz respeito ao aterro da Caximba. Que todos sabemos que ele se encerra no final do ano, mas que produzirá chorume e gás metano pelo menos para os próximos 20 anos. Vejo duas oportunidades, tenho procurado fazer uma agenda, com o próprio Beto Richa, no sentido de mostrar o Power Point, o material que trouxe de São Paulo e Rio de Janeiro, para mostrar e pedir que seja feito de maneira urgente um estudo do potencial energético do aterro da Caximba. Que seja feito um outro tipo de tratamento do chorume que será gerado nesse aterro, para os próximos 20 anos, já que hoje temos tecnologia disponível no Brasil para esse tipo de tratamento.

Eu já havia visto esse tipo de tecnologia fora do país, mas é a primeira vez que vejo no Brasil, parte em operação e parte muito próxima de entrar em operação. Até porque temos que correr com duas situações: Uma porque a cada dia estamos poluindo o meio ambiente; a outra é que o Tratado de Kioto tem a sua regra de maneira muito clara com vencimento marcado para 2012. Claro que ele irá continuar, acho impossível que não se continue esse tipo de mecanismo. Mas é a oportunidade de fazer do passivo ambiental uma outra fonte de riqueza para a nossa cidade.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)**

Gostaria de primeiro parabenizá-lo pelo tema. Hoje é um grande problema no mundo todo, principalmente nas grandes cidades, a destinação dos resíduos produzidos por essa sociedade.

Chama-me atenção como V. Exa. coloca que há mais de 10 anos - nós fomos Vereadores na Câmara Municipal juntos, há mais de 10 anos esse tema vem sendo recorrentemente debatido.

É sabido que num determinado momento o aterro da Caximba teria a sua capacidade toda ela completa. O que me chama a atenção também é que não só esse processo vem se arrastando algum tempo, mas nunca se pensou - o senhor lembrou muito bem de São Paulo, Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu. Nunca se fez uma proposta concreta para utilizar a pirólise, que me parece, é o método que está sendo utilizado nessas outras cidades, o gás que é produzido para gerar energia elétrica e agora, de carbono. Parece-me que se conseguirmos fazer isso, a

energia gerada ali já seria suficiente para que ao longo prazo pudéssemos ter outros tipos de enfrentamento com este problema. Mas, de qualquer forma, acho que o senhor coloca muito bem o problema e é preciso que pensemos, nos próximos 30 ou 40 anos, como vamos tratar deste passivo.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### **O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)**

Muito obrigado, Deputado. Na verdade, para se ter uma idéia, a energia gerada pelo aterro de Bandeirantes e São João, juntos, têm condições de abastecer uma cidade de 800 mil pessoas. Num estudo preliminar que fiz, juntamente com o engenheiro que nos recebeu, em São Paulo, mostrando a quantidade de lixo colocado todos os dias no aterro sanitário, com sua vida útil, fizemos um cálculo onde entendemos que o aterro da Caximba tem condições de gerar em crédito de carbono, algo em torno de US\$ 75 milhões. Ou seja, se você abrir uma concorrência pública aonde você consiga ficar com 40, 50% destes créditos, sem fazer investimento nenhum, acredito que é um incremento de receita ao município, fantástico. E se não tivesse incremento de receita nenhum, somente o benefício ambiental já valeria.

Então, na verdade, é um tema que trazemos, obviamente existe esta possibilidade, porque o mercado propicia e temos que trabalhar com aquilo que o mercado está ofertando. E São Paulo, no caso, a Prefeitura fica com 50% dos créditos de carbono; já no Rio de Janeiro com 36% do crédito de carbono. Os investimentos para se fazer uma planta desta natureza é em torno de US\$ 40 milhões. É um investimento pesado. Não é barato. Mas, obviamente, a conta acaba fechando e ficando bom para o município que oferta este passivo, que passa a ser um belo ativo financeiro que o município de Curitiba, no caso, na minha opinião, tem que ocorrer e é por isso que quero falar, ainda esta semana, com o Prefeito Beto Richa, para mostrar este estudo e ver que é possível, sim, aproveitarmos e transformarmos o aterro da Caximba de um passivo num grande ativo para o município de Curitiba.

#### **O Sr. Dr. Batista (PMN) (Aparte)**

Só quero parabenizar o discurso feito pelo grande Deputado Bertoldi e dizer que fiquei um pouquinho confuso na elaboração do chorume, que é feito em alguns aterros no Rio de Janeiro.

#### **O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)**

Esclareço para o senhor, depois, pessoalmente.

#### **O Sr. Dr. Batista (PMN) (Aparte)**

Foi uma verdadeira aula. Parabéns pelo discurso.

#### **O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)**

Muito obrigado. Deputado Cheida, me perdoe não poder lhe dar o aparte, o senhor que é um estudioso na

área. Sem dúvida nenhuma teremos mais oportunidades para debater este tema.

Agradeço, Sr. Presidente, pela gentileza de mais este um minuto, mas não poderia deixar de usar a tribuna desta Casa para trazer um tema de tamanha importância, não somente para a cidade de Curitiba, mas para todo o estado do Paraná e por que não dizer para a humanidade, já que estaremos evitando o efeito estufa, que tanto ameaça a sociedade contemporânea.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PT, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário da Liderança do PT porque me parece que ontem houve uma decisão, Sras. e Srs. Deputados, no mínimo inusitada em Curitiba, obviamente que não pela decisão em si, mas por ter sido demandada uma ação que nos parece totalmente fora dos princípios e da realidade que vivemos hoje de amplas liberdades democráticas, inclusive de fazermos as nossas campanhas. A pedido, e falei com o Líder do PSDB, a pedido do PSDB foi solicitado e foi acatado pelo Juiz Benjamim Acácio de Moura, da 178ª zona eleitoral de Curitiba, pedido que ordenou que o material de divulgação que o PT está usando para chamar os seus filiados para a prévia que será realizada no domingo seja retirado em 24 horas, sob pena de não o fazendo, o partido e os três pré-candidatos, no caso Gleisi Hoffmann, Luis Elae e este Deputado, paguem uma multa diária de R\$ 100 mil.

Ora, acho que é preciso que nós entendamos que o processo interno de prévias no PT é um processo público. Não há porque se fazer tanto drama, tanta celeuma a partir de alguns outdoors na cidade de Curitiba, quando sabemos que temos 5.072 filiados em condições de votar, e esses filiados irão escolher quem será o candidato do Partido dos Trabalhadores aqui em Curitiba, que irá representá-lo nesta próxima eleição. Temos feito inúmeros debates na cidade de Curitiba, fizemos o debate na TV Educativa, faremos outro agora, na sexta-feira, às 22h, no canal 21. É um processo democrático, um processo que em outros países inclusive é elogiado, como é o caso hoje das eleições que ocorrerão nos Estados Unidos e que nas primárias escolhem os seus candidatos e que o mundo inteiro acompanha. Acho que é um processo interessante, os outros partidos inclusive sinalizam, e o Deputado Ros-

soni, por diversas vezes, e eu conversava antes com o Deputado Rossoni, por diversas vezes o Deputado Rossoni já se manifestou também que talvez até o PSDB faça prévia - já vi nos jornais - faça prévia para a escolha do seu candidato à presidência da república, o PMDB sinalizou nesse sentido. Acho que houve um equívoco, talvez por conta de um aqodamento de alguns advogados, sabemos que no mundo jurídico há essa leitura. Mas entendemos que o PT está fazendo um processo extremamente transparente e democrático.

Não acredito que o PSDB, que já tem o seu candidato, que está bem colocado nas pesquisas, queira dizer a nós também quem será o nosso candidato. Então, acho que é preciso que entendamos que cada partido tem o seu mecanismo próprio e legítimo. E não entendo, embora respeite muito a decisão do Juiz que a proferiu, mas não entendo que estejamos infringindo absolutamente nenhuma regra do ponto de vista eleitoral, nem tampouco estejamos fazendo campanha antecipada. Por que digo isso? Porque se entendesse assim, entenderia também que o Prefeito Beto Richa, que tem feito inúmeras divulgações da sua administração, e sempre usando um capacete branco de obras, da Linha Verde por exemplo, em todos os bairros de Curitiba há referências à Linha Verde e em todos eles há aquele capacete; e precisamos lembrar que há algum tempo, ainda que no tempo do PSDB, mas saiu em diversos outdoors e na televisão: "Prefeito Beto Richa é o melhor Prefeito do Brasil". E ninguém entrou com ação nenhuma, até porque acho que está fazendo uma divulgação.

Mas veja, há certa forma uma contradição. Se naquele momento, há três ou quatro meses atrás, podia, por que hoje não pode? É um processo de mais três dias, para daí fazermos as nossas prévias.

Não há porque fazer esse processo. O PSDB hoje tem a sua leitura sobre a cidade, tem a sua posição, tem a sua estratégia para a próxima eleição.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. por diversas vezes usou essa tribuna dizendo, aconselhando quando estávamos com a Liderança do Governo, que se V. Exa. fosse Líder, novamente, do Governo, não seguiria tão a risca determinados momentos, porque as pessoas, por um rompante, pensam que podem resolver as coisas com aqodamento.

Então, faria aqui uma reflexão. Será que o PSDB nos prejudicou ao pedir que retirássemos os outdoors? Acho que não. Por que acho que não? Porque fez com que todas as rádios, jornais, em nível nacional, estivessem dando a notícia que o PSDB do Paraná entrou com uma ação contra o PT, para que retirasse das ruas a sua campanha.

Ou seja, transformamos um tema local em nacional. Não sei se agradeço o PSDB por essa ação,

ou se apenas recomendo que da próxima vez tenha mais cautela.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. sabe que tenho grande respeito pela sua atuação como Parlamentar. E até é saudável esta forma de conversarmos, debatermos esse assunto que foi imputado pelo PSDB. Isso é público.

É importante que façamos esse debate rindo. Há, naturalmente, uma divergência entre os nossos partidos, muito grande.

Mas quando questionado pelos advogados do nosso partido, eu mesmo disse: vale a pena? Acham que é irregular?

Os advogados alegaram a irregularidade e eu disse para encaminhar para a Justiça e que a Justiça decida.

E a Justiça decidiu. E a decisão da Justiça não se contesta, se cumpre. Foi a Justiça que compreendeu, não foi o PSDB. Foi a Justiça que se pronunciou determinando que o PT retirasse dentro de 24 horas.

Cumprimento à Justiça pelo cumprimento da lei. Digo que arrependido não estou, porque a Justiça nos deu razão.

Muito obrigado!

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Temos em Curitiba mais de 10 partidos, só o PSDB entendeu assim. Curiosamente, o PSDB do Prefeito Beto Richa.

Apesar de estar tão bem nas pesquisas, a qualquer tremor parece que fica preocupado, assustado, se sente acuado, porque alguns outdoors na rua chamam os filiados do PT para participarem de um processo interno.

É uma decisão não definitiva, está sendo contestada pelo advogado do PT. E, temos certeza que conseguiremos, liminarmente, que seja revogada.

Penso o seguinte: será que o Prefeito Beto Richa já está indicado como candidato a reeleição? Será que ele quer também indicar o candidato do PT, por entender que é o seu principal adversário? Parece que é isso.

É um equívoco, porque nem o PP, nem o PDT, nem PSB, nem os Democratas, nenhum dos demais partidos entendeu que a propaganda era irregular, só o PSDB entendeu assim.

Então, parece que estamos fazendo um processo de antecipar determinadas situações que ocorrerão, sem dúvida alguma, mas de uma forma tola e inócua, porque menos do que prejudicar o PT, que retirando ou não seus outdoors já fez seu chamado à sua militância, num processo legítimo, democrático e acho que extremamente correto.

Nós obtivemos, através dos nossos adversários, a condição de fazermos com que essa situação seja projetada nacionalmente, ou seja, o feitiço acabou virando contra o feitiço.

Obrigado, Sr. Presidente! Obrigado, Deputado Rossoni!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário do PSDB, Deputado Luiz Nishimori.

***Liderança do PSDB: Deputado Luiz Nishimori***

**O SR. LUIZ NISHIMORI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**(Lê):**

“Estivemos hoje de manhã em São Paulo, acompanhados de uma comitiva político-empresarial de Maringá, composta do Prefeito Municipal Silvio Barros; do suplente de Senador Wilson de Matos Silva, Presidente da CODEM; Carlos Tavares, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACM; Fernando Resende, Representante da Associação das Agências de Turismo - Maringá Convention Visitors Bureau; Dirceu Gambini, Presidente da Associação Maringaense de Agências de Viagens - AMAVI; e, representando os colegas Deputado Dr. Batista e Deputada Cida Borghetti, que por compromissos já assumidos não puderam viajar.

A razão da viagem a São Paulo foi se reunir com a diretoria da TAM Linhas Aéreas, sobre o encerramento das operações daquela empresa na cidade de Maringá.

Fomos recebidos pelos Srs. Nelson Shinzato - Diretor de Planejamento, Malha e Frota; Armando Lucente Filho - Diretor de Aeroportos e Paulo Castello Branco - Vice-Presidente de Planejamento e Aliança da TAM, quando procuramos demover a diretoria daquela empresa, quanto ao encerramento das operações na região.

Pedimos que a TAM reavaliasse o encerramento das operações, argumentando que Maringá e a região noroeste possui um potencial muito grande, sendo o maior pólo têxtil do estado.

Falamos sobre a indústria de biodiesel que está sendo instalada em Marialva; o enorme potencial na produção de álcool etanol... da respeitável produção e exportação da carne de frango e cereais e do alto índice de crescimento da região.

Também, sobre os estudos da transformação do Aeroporto Regional Silvio Name em aeroporto internacional, centralizando as ações de toda a região noroeste naquele campo de pouso.

Mas, nada disso sensibilizou os diretores da TAM, que alegaram que a demanda não cresceu desde que começaram a atuar na região, e que o objetivo da empresa era a lucratividade. Por essa razão, estava fora de cogitação uma reavaliação quanto à possibilidade de voltar a operar em Maringá.

Desta forma, a comitiva que participou da reunião na TAM, em São Paulo, voltou decepcionada, não com os trabalhos da TAM, mas com a sua falta de compromisso

com o social, não querendo discutir em nenhum momento, qualquer possibilidade de continuar atuando em Maringá.

Hoje, me lembro de que quando a TAM veio para Maringá, recorreu às entidades classistas organizadas para que mobilizasse a comunidade para a sua instalação e que foi recebida com grande festa e foi atendida. Os empresários, a Associação Comercial, todos atenderam muito bem.

Mas, esse envolvimento era apenas um interesse comercial, pois quando foi para encerrar as atividades a decisão foi unilateral, ninguém foi consultado, ninguém foi ouvido. Faltou o respeito com a comunidade de Maringá e região. E isso, sem contar com os 30 funcionários que estão sendo demitidos, causando mais um problema social para Maringá.

Por isso, pedimos às demais empresas que operam e que estão se preparando para operar em nossa cidade, que seja dada preferência para esses funcionários, para que suas famílias não venham a sofrer com o desemprego de cada um deles.

E mais, isto tem cheiro de formação de cartel, pois enquanto a TAM cessa as operações em Maringá e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, por coincidência a Gol Linhas Aéreas, na mesma oportunidade, deixa de operar em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

É ou não é uma coincidência muito grande, Dr. Batista?

Parece troca, uma sai e a outra fica!

Sobre isso, estamos oficiando à ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, pedindo investigações sobre uma possível formação de cartel. Vamos pedir também para os Deputados da nossa região, também Senadores, pedindo informação sobre a possível formação de cartel no aeroporto de Maringá.

Outras empresas já manifestaram o seu desejo de iniciar operações em Maringá, o que fica assegurada a continuidade dos serviços prestados para os usuários de Maringá e região, o que nos leva a ficar vigilantes para saber se dentro de um ou dois meses esses preços não estarão fugindo do controle da Agência Nacional de Aviação Civil.”

**O Sr. Dr. Batista (PMN)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Nishimori, a preocupação que é sua, que é minha, da Deputada Cida e de todos os Deputados de Maringá, porque é impressionante e estou assustado, quando o senhor sente no ar o cheiro de cartel. Imagine daqui a alguns dias a quanto vai o preço da passagem de avião, em Maringá, porque a TAM usou e abusou da Associação Comercial de Maringá, de todas as entidades quando chegou, e saiu sem dar satisfação a ninguém. Através de seus funcionários, eu e o senhor, quando estávamos no aeroporto, diziam:

“Estamos cumprindo o aviso”. E a TAM desmentindo. Agora, vem a resposta que o senhor trouxe quentinha de São Paulo, que realmente está abandonando a nossa cidade. Maringá e a região perdem muito. Vamos torcer que as novas empresas que venham para Maringá, sejam de pessoas competentes e que assumam compromisso de gente. Maringá e a região não merecem o que a TAM fez.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)**

Deputado Dr. Batista, muito obrigado.

Estamos bastante preocupados com os funcionários que foram demitidos e também outras aviações que virão para a cidade de Maringá, no aeroporto, que podem repetir aquilo que foi feito. Na hora de chegar uma ajuda à comunidade e na hora de sair, não dá nem a mínima para as nossas comunidades.

**A Sra. Cida Borghetti (PP)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)**

Concedo um aparte à Deputada Cida Borghetti.

**A Sra. Cida Borghetti (PP) (Aparte)**

**(Assentimento)**

Agradeço o aparte, Deputado Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori, me somo aqui ao seu pronunciamento e também ao do Dr. Batista, e também do Deputado Teruo Kato. E quero dizer que o nosso Prefeito Sílvio Barros esteve hoje em Audiência, acompanhado do Deputado Nishimori que nos representou na devida Audiência, em São Paulo. E é uma pena o que está acontecendo na cidade de Maringá, em especial no aeroporto regional que atende não só Maringá, mas também toda a região, mais de 100 municípios da região de Maringá, toda a região metropolitana.

Fica aqui o nosso registro, a nossa indignação e a nossa solidariedade aos funcionários da TAM, a todas as famílias, porque não é só a comunidade de Maringá que perde, o BIP também perde, mas também as famílias e os funcionários que neste momento ficam sem o seu ganhão no final do mês.

**O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Nobre Presidente Nelson Justus, primeiramente, a nossa gratidão pela gentileza de V. Exa., Deputado Ribas Carli, nobres colegas, imprensa e pessoas aqui presentes.

Sr. Presidente, 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Mulher que hoje tem conquistado grandes postos na vida pública, mulher Vereadora, Prefeita,

Deputada Estadual, Deputada Federal, Senadora, Governadora, Presidente, Primeira-Ministra, Policial, Promotora, Juíza, Desembargadora, membro do Supremo Tribunal Federal, mas que também ainda há, infelizmente, algumas ações que devem ser corrigidas no mundo, ainda há um tratamento lamentavelmente diferenciado pretendendo colocar a mulher num papel de segunda classe, a de figurante.

Vejo, Presidente, que em pleno ano de 2008, na China, tem casal que a mulher ganha o bebê e quando nasce uma criança do sexo feminino, tem casal que, por ignorância, joga o bebê no rio, no mato, porque quer ter um filho homem. Ainda hoje, em 2008, no país mais populoso do mundo, que é a China, que tem aí, está caminhando para 1 milhão e meio de habitantes. Na Índia, que é outro país, não sei, a Índia deve estar com 800, quase 900, quase 1 bilhão de habitantes, ainda tem o pai que acha que a filha é um atrapalhado dentro de casa, e o pai chega a colocar classificados nos jornais prometendo dote para quem levar a sua filha embora, para quem casar. Então, o pai chega pagar anúncio dizendo que oferece dote para quem tirar sua filha de casa. E de vez em quando tem um cidadão que leva a mulher embora e casa com ela, depois de um tempo volta para o sogro e fala: “Esse ‘caco’, ou o senhor melhora o dote, ou vai ficar com a filha de volta.” E devolve a filha. Então, transforma a filha, a mulher, num objeto ou até numa peça de barganha, de traça comercial.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Senadores do Brasil. Parem de enrolar as mulheres. A mulher que não tem emprego fora está sendo enganada pelos nossos Parlamentares. Eles têm, um projeto lá, para darem aposentadoria para a dona de casa. Olha que uma dona de casa, ela anda seis, sete, oito, nove km dentro de casa, lava banheiro, arruma casa, lava e passa roupa, arruma a criança para a escola, faz almoço, faz janta. Leva bronca do marido, que chega já “empilecado” do boteco. Não é capaz de dirigir uma palavra cordial, respeitosa, de amor para a sua esposa. Como sofre a mulher do bêbado. Coitada da dona de casa, é um martírio.

Então, Presidente, não é justo o que estão fazendo. Está naquele Senado Federal o projeto para dar aposentadoria para a dona de casa. Teve uma noite que o projeto estava para ser votado e de repente, na calada da noite, ele foi engavetado. A dona de casa continua esperando por essa aposentadoria. Tem aquela mulher que foi abandonada pelo marido. Tem o marido que não tem uma renda certa, ele dá ou ajuda se quiser. A mulher tem que se humilhar para pedir dinheiro para ir ao cabeleireiro, para ir a padaria. Quando ele está de “pá virada” ele nega R\$ 10 para a sua esposa. Então, a mulher quer ter autonomia como dona de casa. Eu prego nesta tarde, nesta semana do Dia Internacional da Mulher, que cabe essa responsabilidade a todos os Senadores, que já deveriam há muito tempo ter implantado a aposentadoria para a dona de casa brasileira.

Por favor, Senadores de todos os partidos, vocês querem os votos das mulheres. Elas são maioria nas urnas. Então, tirem da gaveta esse projeto e dêem à dona de casa a aposentadoria que ela já faz por merecer há muitos anos. O Paraná entrou de marcha ré no dia de hoje. A notícia que está na internet é que o novo salário-mínimo regional no Paraná vai ser de apenas R\$ 547,80. Apresentamos um projeto aqui, que o mínimo do mínimo deveria ser, o piso menor, R\$ 627, respeitando os pisos de Prefeituras, de universidades e de outros segmentos. Onde o piso for maior que ele seja respeitado. O nosso projeto vai ser analisado. Queremos desde já conclamar, vamos discutir, vamos analisar, R\$ 627.

O pior que estou vendo aqui é que o salário-mínimo que está entrando em vigor no Brasil, é a partir de 1º de março, com o compromisso do Presidente Lula de, no próximo ano, o salário-mínimo ser reajustado em fevereiro, depois no segundo ano, ser reajustado já a partir de 1º janeiro. Aqui demos um retrocesso, entramos numa marcha ré da história. Aqui, segundo está na internet, não dá para acreditar e seria lamentável, uma ofensa à classe trabalhadora dizer que aqui, um salário tão pequeno de R\$ 547,80, só vai vigorar para os trabalhadores do Paraná, a partir de 1º de maio.

Então, o nosso apelo aos Deputados da base governista, e também da Oposição. Vamos juntos sensibilizar, hoje é aniversário do Governador Roberto Requião, vamos pedir que ele dê de presente ao povo do Paraná, que pelo menos esse reajuste salarial entre em vigor de imediato, porque o bolso do trabalhador continua minguado, furado, sem dinheiro.

Deputado Rossoni, Deputado Plauto, Deputada Cida, que esse reajuste, ainda que pequeno, ainda que insignificante, entre em vigor de imediato, porque caso contrário, vai pegar muito mal para todos nós perante a opinião pública brasileira dizer que em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, no nordeste, Santa Catarina, Rio Grande, o salário vai subir a partir de 1º de março, e aqui, esse aumento tão pequeno, conforme a internet, somente vai vigorar a partir de 1º de maio. Não concordamos que esse aumento entre em vigor apenas em maio, não!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PMDB concedo a palavra ao Deputado Edson Strapasson.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson***

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje às 10h30 realizamos uma reunião da Comissão das Finanças, a qual presido, com a presença dos Deputados Dobrandino, Reni Pereira, Elton Welter, Duílio Genari, Belinati, onde entre outros temas, outros projetos abordados, tivemos a oportunidade de convidar

para se fazer presente o Coronel Almir Porcides Júnior, interventor do IML, onde discutimos um projeto que tramita nesta Casa, projeto que creio ser de grande importância, que tenha uma tramitação rápida em função da prioridade que consideramos ter da deficiência da estrutura do IML.

O Governo do Estado encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 001/08, através da Mensagem nº 001/08, onde pretende melhorar o número de pessoas, de peritos e médicos legistas, de forma a tornar suficiente e corrigir a deficiência que tem hoje o IML do estado do Paraná, especialmente o IML da região metropolitana de Curitiba, que nós Deputados, em várias oportunidades, pudemos acompanhar o sofrimento, a dificuldade, a angústia que vivem aqueles que num momento difícil da vida precisam se dirigir ao IML para a liberação dos corpos para fazer o funeral de um ente querido, que muitas vezes através de momentos trágicos vieram a falecer.

É evidente que nesse momento em que a pessoa se encontra debilitada muitas vezes, ao longo da história pudemos nos pronunciar, reclamar que o IML jamais, em nenhum momento, não aconteceu agora e nem no ano passado, o IML ao longo da história do Paraná, da região metropolitana, sempre foi muito deficitário. E ficamos felizes, como Bancada do Governo, de ver que o Governador Requião nesse momento decidiu, através da intervenção, através desse projeto, criar 15 novas vagas para médicos legistas e mais 85 vagas para peritos criminais.

Pretende o Governo, além de implantar a infraestrutura com veículos, com pessoal administrativo, realmente resolver a questão do IML.

É evidente que não vai se resolver de hoje para amanhã, porque mesmo que aprovado esse projeto, o prazo para a realização de concursos demoraria seis meses.

Mas colocamos ao interventor a necessidade de ter um plano emergencial imediato, nem que precisasse contratar pessoal temporário, para que possamos pelo menos dar um alento na situação do IML. E lá também abordamos a questão da imprensa, que foi colocada ontem aqui pelo Deputado Luiz Carlos Martins, como a imprensa com dois boletins diários, de repente pode ser insuficiente, já que as informações da imprensa precisam ser em tempo real. Solicitamos até que houvesse alguma oportunidade do contato da imprensa com os familiares, naquilo que é o papel da imprensa. Mas, os boletins talvez com maior frequência venham a resolver isso, também, da necessidade que já foi colocada para a imprensa e que foi decisão do interventor, de reservar uma sala com ambiente adequado, com a presença de assistente social, talvez no futuro até com apoio psicológico, possam ter no IML, as famílias, um momento de alento, de conforto e de entendimento.

Então, creio que esta decisão do Governo de enfrentar o problema do IML, que se arrasta por longo tempo e que também nesta tribuna denunciemos em

Governos passados, finalmente agora vem a ser enfrentado e terá desta Casa, tenho certeza, total apoio.

#### **O Sr. Dobrandino Da Silva (PMDB) (Aparte)**

Quero lhe parabenizar por trazer ao debate este tema tão importante e tão discutido nesta Casa, que é a situação do IML em todo o estado. Mas, lhe parabenizo principalmente pela decisão de V. Exa. de convidar e trazer até a Comissão de Finanças a presença o interventor, que V. Exa. disse que é o Coronel, que está presidindo agora, de forma temporária, e que podemos ouvir dele a possibilidade das mudanças que serão feitas. E vai nos informar, agora, nós pedimos, que traga a situação de todo o IML do estado, que esta Casa possa acompanhar e dar o devido apoio, junto ao Governo, para solucionar este problema. É um tema importantíssimo e foi discutido lá até a chamada mafia das funerárias, que é uma vergonha isso, no estado.

Quero parabenizar, porque trouxe às claras e à luz do debate a presença do Coronel. Então, foi importantíssimo. Foi uma das reuniões proveitosíssimas das quais participei, esta de hoje, com o comando e a participação de V. Exa. Está de parabéns.

#### **O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)**

Muito obrigado pelo aparte.

Também entre outros assuntos questionamos a possibilidade, e creio que isto através da lei funciona já em vários municípios do Paraná, mas aqui na região metropolitana de Curitiba, os óbitos que acontecem de morte natural deveriam ter um atendimento, um plantão direto pelas Prefeituras, sem passar pelo IML.

É evidente que carecemos de uma alteração de legislação, que solicitamos também ao Coronel Porcides, que estudemos uma forma para até aliviar a carga de números de pessoas, de cadáveres que vão para o IML, muitas vezes sem precisar.

Particularmente, na semana passada, infelizmente, passei por um momento onde uma pessoa da minha família, morrendo de morte natural, acabou sendo encaminhado ao pronto-socorro e estava sendo encaminhada para o IML, sem necessidade.

Então, creio que através de um convênio entre o Governo ou através da alteração da legislação, possa ter um atendimento mais digno. E aquelas pessoas que não necessitam fazer autopsia no IML, possam e devam ter um tratamento diferenciado, melhorando inclusive a qualidade e desafogando o IML daquilo que é função do IML: fazer perícias, fazer autopsias, daqueles crimes de morte violenta e que precisam ter um laudo bastante cauteloso pelo IML.

Então, o IML do Paraná, creio que em breve poderemos dizer que terá um atendimento melhor, diferenciado. E que as pessoas ao longo do tempo, muitos em outros Governos também foram tratados de forma desumana, terão - se Deus quiser - com esta decisão, um tratamento diferenciado, uma forma de tratamento

importante. E creio que esta Casa poderá até melhorar o projeto com que o IML do Paraná passe a ser um órgão mais humano e que possa cumprir as suas funções com o Instituto de Criminalística de forma técnica, de forma eficiente, e que as famílias sejam muitas vezes menos torturadas, tendo que esperar horas, como ficaram no passado, às portas do IML.

Era isso Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queremos mais uma vez agradecer e parabenizar o Governador Requião por esse projeto de lei que aumenta em 100 vagas o IML do Paraná, e que tenho certeza não só a região metropolitana, mas Foz do Iguaçu e outras cidades que também têm dificuldades, terão realmente uma condição melhor, porque o que falta realmente é pessoal, é equipe. Tenho certeza, temos uma equipe à altura do que merece o nosso povo do Paraná e a nossa população da região metropolitana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança da Oposição. Com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Rapidamente tenho que me ausentar do plenário, 16h55, mas com a permissão de V. Exa. e com toda a culpa do mundo quero me dirigir ao Líder do Governo. Mero caro Deputado Romanelli, espero que V. Exa. hoje esteja calmo, tranqüilo. V. Exa. estava com a temperatura um pouco elevada ontem. Da porta para fora deste plenário mantemos um bom relacionamento e devemos manter um bom relacionamento aqui.

A exaltação de V. Exa. não tinha procedimento no dia de ontem. Eu discordo de V. Exa., porque apenas estamos questionando o Governo. V. Exa. fez daqui da tribuna um belo pronunciamento no dia de ontem e quero agradecê-lo, porque o que queríamos era o esclarecimento por escrito. Mas infelizmente foi negado, diziam que tinha todas as informações, e aí na hora de aprovar o requerimento não foi aprovado.

Mas, Deputado Romanelli, no encerramento da nossa Sessão quente no dia de ontem, na calada da noite, eu fiz a última proposta, a proposta derradeira, e disse para V. Exa. que sairia do Plenário satisfeito se V. Exa. me fornecesse o número do cartão corporativo do Secretário. V. Exa. prontamente disse que não teria nenhum problema. Quero comunicar a V. Exa., antes que me ausente do plenário, que o meu Vice-Líder, e que me honra o Vice-Líder Deputado Elio Rusch, permanecerá em plenário. Eu, por questões já anteriormente marcadas, vou me ausentar do plenário. Espero sinceramente que

V. Exa. me empreste o número desse cartão corporativo, que é público, mas que não é tão público porque não conseguimos esse número, então, ele não é tão público, parece que há algo que não pode ser mostrado.

Gostaria que V. Exa. não se irritasse, se mantivesse calmo e equilibrado, que é o normal de V. Exa., uma pessoa altamente competente, tem sido aqui o Líder das causas impossíveis. Mas reconheço que V. Exa. tem, sim, tentado dominar, e tentado também explicar. Esse esforço nós reconhecemos. Eu sei que o seu Governo tem questões que são difíceis de ser explicadas.

Então, eu me ausento do Plenário.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Rossoni, em primeiro lugar quero dizer a V. Exa. o seguinte: que eventual exaltação aqui, em relação à temperatura do nosso debate, ela é fruto, é claro, da origem das nossas etnias, como bons descendentes de italianos que somos, enfim, faz parte da nossa natureza. Eu sempre tive e tenho por V. Exa. o maior respeito, e sempre quero, naturalmente, tratar esse tema da forma que tem que ser tratado politicamente. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: já aprovamos um pedido de informação para obter o número e todos os gastos que foram efetuados pelo cartão corporativo do Secretário Pissetti.

Com Líder do Governo já encaminhei favoravelmente e aprovamos. E o Secretário virá a esta Casa na terça-feira, e com o cartão corporativo, para poder explicar. O que está na minha alçada fazer eu já fiz.

Agora, em relação àquele pedido de ontem que foi rejeitado, se restar alguma dúvida, V. Exa. pode fazer um requerimento no ponto da sua dúvida, que estarei respondendo detalhadamente para V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Entendo suas explicações, mas o número do cartão seria importantíssimo para podermos questionar o Secretário na terça-feira.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Queria deixar registrado que realmente fizemos a solicitação e o requerimento foi aprovado. Mas acabou o prazo. Os 30 dias se esgotaram e o Secretário não deu o número do cartão corporativo. Na verdade ele está incorrendo em crime de responsabilidade.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Está correto, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Romanelli, V. Exa. disse que aprovou o requerimento. Ótimo! Já venceu o prazo. Não veio. E terça-feira o Secretário vem aqui.



Agora, por que esse cartão é público e está tão escondido?

Por esta razão, fica aqui o Deputado Elio Rusch como Líder da Oposição, aguardando o número do cartão corporativo do Secretário Pissetti, porque tenho que me ausentar.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Aproveito a oportunidade para lembrar que amanhã a Sessão será normal, mas o Pequeno e o Grande Expedientes serão reservados pelas Deputadas Beti Pavin, Rosane Ferreira, Cida Borghetti e Luciana Rafagnin, com apoio do Fórum Popular das Mulheres. Portanto, uma homenagem que se presta no dia 8 de março, que iremos comemorar amanhã.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Gostaria de registrar a presença, que muito nos honra, aqui nesta Casa, de um dos maiores atletas deste país, ex-Secretário Municipal de Esporte e Lazer, ele que foi goleiro de vários clubes, inclusive vestiu a camisa da Seleção Brasileira de Futebol, nosso amigo Raul Plasmann. Queremos registrar a presença do ilustre atleta Raul Plasmann, nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado. Seja bem-vindo a Casa, nosso grande Raul!

Com a palavra, no horário da Liderança do Governo, o Deputado Artagão Júnior. V. Exa. tem 10 minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos visitantes.

Hoje é dia 5 de março e é do conhecimento de todos que hoje é o aniversário do nosso Governador Roberto Requião. Evidentemente, eu não poderia deixar de subir à tribuna, nesta tarde, para dizer ao Governador Roberto Requião: meus parabéns! Parabéns, Governador Roberto Requião! Parabéns, Roberto Requião de Mello e Silva! Parabéns não somente pelo seu aniversário, não somente por mais um ano de vida que está completando, sua vida de lutas, de batalhas, um guerreiro, um modelo para tantos e, certamente, um homem que não se envergonha do seu passado, pelo contrário, é exemplo para muitos.

Os parabéns que dou, hoje, ao Governador Roberto Requião, dentre outras coisas, mais uma vez, Deputado Dobrandino, é pelo projeto da Clínica da Mulher e da

Criança. É um projeto extraordinário, Sr. Presidente. Um projeto sem igual. Na semana passada falei sobre esse projeto e que teria a alegria e a satisfação de estar acompanhando o Governador na data de ontem, 4 de março, inaugurando a Clínica da Mulher e da Criança no município de Novo Itacolomi. Satisfação maior foi saber que a inauguração feita ontem foi a primeira inauguração oficial, feita pelo Governador Roberto Requião, de uma dessas clínicas da mulher e da criança. Aqui tenho a foto do momento onde a placa foi descerrada. Estamos nesta foto: Governador Roberto Requião, Secretário da Saúde Gilberto Martin, Prefeito Moacir Andreolla e este Deputado. É um projeto extraordinário.

Deputada Rosane, levantaram aqui a inexistência de janelas. Existem janelas de mais de 2m2 em cada sala, dando visibilidade e iluminação adequada e mais do que a necessária. Aquele projeto instalado com os equipamentos distribuídos em cada sala, adequadamente, com os médicos, enfermeiras e secretários já contratados para prestar o serviço. E mais: descemos no aeroporto de Apucarana. De Apucarana até o município de Novo Itacolomi levamos algo em torno de 40 minutos. O Governador, questionando o Prefeito como estava, o que significava aquela obra para o município - município de 3 mil e 500 habitantes - e o Prefeito disse: "Isso é a mudança do atendimento de saúde."

Uma mulher grávida para fazer uma ecografia, uma ultra-sonografia, tinha que agendar com um mês de antecedência, esperar a disponibilidade da ambulância, se deslocar de Novo Itacolomi até Apucarana, enfrentar a fila em Apucarana, voltar, perdendo um dia de trabalho, não tendo conforto no deslocamento e, hoje, todo esse serviço será prestado naquela clínica, como em todas as outras clínicas que estão sendo inauguradas no estado do Paraná. Neste momento, são 60 clínicas já licitadas, contratadas, em fase de conclusão ou fase final de obra. Para o mês de março, mais 60 e tantas clínicas, somando um número total de 130 clínicas. Em março, 65 clínicas estarão sendo licitadas. Somando, chegaremos a 138 clínicas. Um projeto de investimento relativamente pequeno, 230 mil, destaca aqui o jornal, investimento destinado para a construção, R\$ 80 mil aproximadamente para a compra de equipamentos e R\$ 8 mil por mês o Governo do Estado repassa ao município, para a ajuda da manutenção do Programa.

O Governador perguntava para o Prefeito "Você tem médico?" "Tenho médico" - disse o Prefeito. "Ele tem o curso para mexer com o equipamento?" "Não" - disse o Prefeito. "Porque que não?" "Porque tem que se fazer um curso no Rio de Janeiro, tem que se pagar não sei quantos reais e isso está dificultando um pouco o agendamento." O Governador disse para mim: "Artagão, assim que descemos do carro, chamamos o Secretário da Saúde e vamos determinar que ele faça o curso na Secretaria da Saúde do Estado do Paraná." Portanto, além desse presente, o Governador determinou ao Secretário Gilberto que faça o curso, sem custo algum, para os

médicos, tampouco para os municípios. Estaremos ajudando definitivamente a ter os profissionais qualificados, que são exigidos para um trabalho de tamanha importância. É um projeto que vale a pena ser ressaltado.

Tivemos aqui alguns questionamentos na última semana, que nos entristecem, porque não é o reconhecimento de uma obra de tamanho porte como essa. Esses municípios, como dizia o Prefeito na tarde de ontem, terão modificado o ritmo do atendimento à Saúde. Deputado Bertoldi, V. Exa. sabe da importância desse tratamento e dessas clínicas, como todos os demais que atendem o nosso interior. Tenho orgulho de ter estado, ontem, com o Governador Roberto Requião, na primeira das 60 inaugurações que serão feitas nos próximos 60 dias, na certeza que 65 outras clínicas serão licitadas ainda neste mês de março, dando o mesmo atendimento que o Novo Itacolomi recebe a outros 65 municípios. Essa é uma nova era dentro da Saúde do estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Deputado Artagão, não tenho dúvida que o pronunciamento de V. Exa. é da maior importância, justamente porque aborda um dos programas que são fundamentais, para que nós, no Paraná, possamos ter indicadores de primeiro mundo em relação à questão da mortalidade materna e infantil. Esse programa, o Centro de Atendimento à Saúde da Criança e da Mulher, é uma revolução. Ouso dizer essa palavra, porque revolução é aquilo que modifica de uma forma estrutural o que você tinha antes, o *status quo*. Por isso, quero dizer a V. Exa., que está entusiasmado em ter visto com os seus próprios olhos os equipamentos profissionais, as instalações físicas que estão acontecendo, V. Exa. que tem sensibilidade social está orgulhoso. No município que V. Exa. representa, Novo Itacolomi, no Vale do Ivaí, uma região de gente trabalhadora e sofrida, tem o equipamento público que atende justamente a quem precisa.

Parabéns a V. Exa., que como Deputado atende aquele que precisa na medida que representa bem o município de Novo Itacolomi, bem como o Governador Requião.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Deputado Romanelli, finalizo com muita alegria, nesta tarde de quarta-feira, o meu pronunciamento. Formalizo publicamente a minha satisfação.

Parabéns, Governador Roberto Requião, pelo seu aniversário. Parabéns pelas suas ações, por esse projeto.

Deputado Waldyr Pugliesi, enquanto alguns vêm contra nós, com palavras vãs, respondemos com ações e resultados que beneficiam o povo do Paraná.

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Concordo plenamente. Parabéns ao nosso Governador.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Tenho treinado, aprendido com V. Exa. e com o Ministro em ser sincero naquilo que acredito e naquilo que penso.

E na verdade não poderia deixar, jamais, de manifestar aqui o meu posicionamento: tamanho projeto, tamanho alcance social como esse no estado do Paraná.

#### **O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para confirmar, o acordo que foi feito ontem no Plenário aqui na Assembléia Legislativa, a reunião com o Secretário de Estado vai acontecer na terça-feira, às 10h, na sala das comissões, pela Comissão de Comunicação. É isso?

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Mas acabei de dizer a V. Exa. aqui...

#### **O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

É que chegou uma informação, Sr. Presidente, de que poderia ser mudada a Comissão, por isso que eu preciso confirmar, em notas taquigráficas, inclusive.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O que pode, efetivamente acontecer depois de reunirmos os 10 membros, é o Presidente da Casa participar da Comissão.

#### **O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, como anunciado semana passada, hoje estaremos em Campo Mourão, e eu quero estender o convite a todos os Parlamentares, assinando com o Banco do Brasil e com a Secretaria de Estado da Agricultura a instalação de 100 novos aviários na região.

Um investimento total de 20 milhões iniciais, podendo chegar a 60 milhões até o final de 2008. Por isso, convido todos os Parlamentares para hoje, às 19h30, em Campo Mourão, que será a assinatura desse convênio.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

#### **O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a partir de segunda-feira vou estar com o Regimento Interno embaixo do braço e vou lutar para que ele seja cumprido.

Os artigos 104 e 105 do Regimento Interno, e toda vez que eu vou levantar a questão de ordem para V. Exa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Claro, é verdade. Vamos ter que regulamentar. o Deputado pede a palavra ou comunica à Mesa, ou coisa parecida, mas não se trata realmente de pela ordem e o Deputado faz um discurso, senão não vamos realmente colocar em ordem o que está em desordem.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício nº 005/08, subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização desta Presidência para uso do plenarinho no dia 10 do corrente mês das 13h30 às 14h para receber os alunos do Colégio José Guimarães. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 045/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde a implantação de Programa de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral - AVC em todo o estado, a exemplo de projeto da Santa Casa de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 046/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Guaraituba, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 728/07, de autoria do Poder Executivo - mensagem nº 048/07, que fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 728/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

### **Título I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

I - Estabelecer princípios e diretrizes aos Programas Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - Estabelecer obrigações e responsabilidades para a administração pública no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional;

III - Assegurar a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas, planos, programas e ações, voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população;

Art. 2º A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional obedecerá aos seguintes princípios:

I - A preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

II - A participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional;

III - A transparência dos programas, das ações e dos recursos, bem como o critério para a sua concessão.

Art. 3º Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/PR, como instrumento de articulação da política de segurança alimentar e nutricional, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 4º A alimentação adequada é o direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo a administração pública adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º - A adoção das políticas e ações a que se refere o *caput* deste artigo, deverá atender às realidades ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais da população.

§ 2º - É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar o direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 5º Considera-se segurança alimentar e nutricional a garantia fundamental do direito humano ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, assegurando a soberania alimentar.

Art. 6º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, do processamento, da industrialização, do armazenamento, da distribuição, da comercialização, do consumo de alimentos saudáveis, a utilização dos alimentos para fins biológicos nutricionais, incluindo-se a água e as sementes, bem como a geração de emprego e redistribuição de renda, considerando a função social da terra;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, promovendo a agricultura familiar; e das comunidades tradicionais, priorizando o modelo de produção de base ecológica;

III - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como do seu aproveitamento pelo organismo humano;

IV - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

V - a produção de conhecimento e o acesso à informação em segurança alimentar e nutricional;

VI - a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e de consumo de alimentos, respeitando as diversidades étnicas, raciais e culturais da população paranaense.

Art. 7º O direito humano à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e do respectivo Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, é direito fundamental, absoluto, inalienável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial.

§ 1º É obrigação do estado respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada em articulação com outros direitos humanos econômicos, sociais e culturais, estabelecendo instrumentos de sua exigibilidade.

§ 2º Em caso de negligência e violação do direito humano à alimentação adequada cabe ao Poder Público assegurar mecanismos e recursos para a reparação do dano.

§ 3º Ao dever do Poder Público se soma a responsabilidade das pessoas, da família, das empresas, das entidades sem fins lucrativos e da sociedade em geral, em contribuir para a promoção do direito humano à alimentação adequada.

Art. 8º As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes de normas e princípios previstos no ordenamento jurídico.

## **Título II**

### **da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**

Art. 9º A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional é componente estratégico do desenvolvimento integrado do estado.

Parágrafo Único. A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada mediante plano integrado e intersetorial de ações governamentais, garantindo a participação da sociedade civil.

Art. 10. O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:

I - identificar estratégias, ações e metas a serem implementadas conforme cronograma definido na sua elaboração;

II - revisar as políticas e programas públicos relacionados à alimentação e nutrição, assegurando que estes efetivamente repitem o direito humano à alimentação adequada;

III - indicar fontes orçamentárias e recursos administrativos a serem alocados para a concretização do direito à alimentação adequada;

IV - criar condições de infra-estrutura e de recursos humanos, que permitam a exigibilidade administrativa do direito humano à alimentação adequada;

V - identificar os indivíduos e grupos populacionais privados do acesso ao direito humano à alimentação adequada no território do estado, definindo e estabelecendo mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos indicadores de impacto.

## **Título III**

### **Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN**

Art. 11. A consecução do direito humano à alimentação adequada para a segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Paraná, integrado por um conjunto de órgãos governamentais e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afeitas à segurança alimentar e nutricional, que manifestem interesse em integrar o respectivo sistema, respeitada a legislação aplicável e tendo por base as seguintes diretrizes:

I - a promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais;

II - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as três esferas de Governo;

III - o monitoramento e avaliação da situação alimentar e do seu impacto nutricional, para subsidiar a concepção e a gestão das políticas de segurança alimentar e nutricional, das diferentes esferas de Governo;

IV - a conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que assegurem esse direito humano;

V - a articulação entre orçamento e gestão;

VI - o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos para tal fim.

**Art. 12. Integram o SISAN - Paraná:**

I - Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA/PR, pelas diretrizes e prioridades da política e do respectivo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN Paraná;

II - O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/PR é órgão colegiado de nível de assessoramento do Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Possui caráter consultivo e tem por finalidade propor, monitorar e avaliar as ações e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com as diretrizes emanadas pela Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

III - A Câmara Governamental Intersetorial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, é instância de gestão intersectorial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e será composta por Secretários de Estado das áreas de: planejamento, fazenda, agricultura, educação, saúde, justiça, trabalho, meio-ambiente e desenvolvimento urbano, bem como por um representante do CONSEA/PR.

Parágrafo Único. Os Secretários de Estado, em caso de ausência ou impedimento de participação, serão representados por seus respectivos Diretores Gerais ou por outro representante, por eles indicado.

**Art. 13. Compete ao CONSEA/PR**

I - realizar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade de dois anos, bem como definir os critérios para sua composição, organização e funcionamento, a serem aprovados por meio de regimento interno próprio;

II - propor ao Poder Executivo do Estado as diretrizes e prioridades da política e do respectivo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com a indicação das necessidades de recursos financeiros para sua consecução;

III - acompanhar, monitorar e avaliar em regime de colaboração com os demais integrantes do sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à política e ao Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional no estado, regiões e nos municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

V - implementar e criar comissões regionais e articular a integração do Sistema Estadual de SAN com os Sistemas Nacional e Municipal mantendo com eles estreitas relações de cooperação na consecução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - coordenar e promover campanhas de educação para a segurança alimentar e nutricional e conscienti-

zação da opinião pública sobre o direito humano à alimentação adequada, favorecendo a organização dos produtores e consumidores de alimentos na defesa de seus direitos;

VII - articular a implementação do SISAN, em conjunto com a Câmara Governamental Intersetorial de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, em regime de colaboração com os organismos regionais e conselhos municipais;

VIII - definir, em regime de colaboração com a Câmara Intersecretarial de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;

IX - acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos relacionados à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a definição de critérios de repasse destes recursos.

Art. 14. O CONSEA/PR será constituído por 39 membros sendo 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da Sociedade Civil Organizada, nomeados pelo Governo do Estado.

§ 1º O CONSEA/PR é composto por conselheiros representantes do Poder Público Estadual e Federal tendo assento permanente: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB); Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria de Estado da Educação (SEED); Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA); Secretaria Especial de Relações com a Comunidade (SERC); Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU); Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP); Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL); Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB); Caixa Econômica Federal (CEF) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

§ 2º Os representantes da Sociedade Civil Organizada, serão eleitos de acordo com o Regimento Interno do CONSEA/PR, pela resolução eleitoral e homologados pela Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 3º O CONSEA/PR contará em sua organização com Câmaras temáticas, Comissões Regionais, Diretoria Executiva e um Secretário Executivo.

§ 4º Caberá ao Secretário Executivo assessorar e tornar efetivas as deliberações e todo o funcionamento do CONSEA/PR.

Art. 15. Compete à Câmara Governamental Intersetorial da Política Alimentar e Nutricional do Paraná:

I - promover a intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

II - realizar o mapeamento das ações governamentais de segurança alimentar e nutricional existentes nas diversas estruturas administrativas estaduais, relacionando os dispêndios orçamentários e rubricas;

III - elaborar o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como referência os objetivos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e a promoção do direito humano à alimentação adequada, as resoluções das Conferências Nacional e Estadual, bem como do CONSEA/PR;

IV - coordenar e articular a execução pelas Secretarias de Estado das ações de segurança alimentar nutricional, com base no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em regime de colaboração com o CONSEA/PR;

V - encaminhar à apreciação do CONSEA/PR relatórios periódicos das atividades e da execução financeira;

VI - prestar assessoramento técnico aos municípios;

VII - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises e proposições aos programas da área de segurança alimentar e nutricional.

#### **Título IV**

##### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 16. A participação no CONSEA, nas Câmaras e Comissões, não será remunerada sendo considerada como relevantes serviços públicos prestado ao estado e à sociedade, sendo seu exercício considerado prioritário em relação ao labor público e justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do CONSEA/PR.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa dias) a contar de sua aprovação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.03.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a reserva de 2% (dois por cento) sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito de preferência de escolha no Programa Casa da Família, no estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 743/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica assegurado o direito preferencial de escolha na proporção de 5% (cinco por cento) do total de oferta de moradia do Programa Casa da Família às pes-

soas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

Parágrafo Único. As casas asseguradas às pessoas portadoras de necessidades especiais deverão ser adaptadas.

Art. 2º Caberá à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 859/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública, a Associação Casa Lar de Colorado, com sede e foro na comarca de Colorado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/07, de 12/12/07, em Projetos de Lei).**

#### **3ª Discussão**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 854/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação SOS Amigo Bicho, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

#### **2ª Discussão**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 757/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER/PR, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTEC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 795/07**

Suprime na proposta de alteração da Lei nº 12493/99 de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, Projeto de Lei nº 795/07, que pretende dar nova redação aos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 10 da citada lei, o parágrafo 3º. Passando a vigorar o parágrafo 4º como parágrafo 3º.

Sala das Sessões, em 05.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoioamento:

Jonas Guimarães, Teruo Kato, Elton Welter e Dobrandino da Silva.

**JUSTIFICATIVA:**

O parágrafo 3º que se pretende suprimir possui a seguinte redação:

*§ 3º - os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais que estejam funcionando em desacordo com o disposto nos parágrafos anteriores, terão prazo de três anos, a contar da data da vigência desta lei, para se adequarem.*

Pretendia o nobre Parlamentar garantir tempo para que os atuais empreendedores que tratam os resíduos sólidos tivessem tempo para se adequarem a nova lei. Entretanto todos esses empreendimentos já passaram pelo crivo, ou seja pelo devido licenciamento ambiental. Desta forma já estão, os empreendimentos atuais, devidamente licenciados, e de acordo com as normas vigentes (ABNT) e com as normativas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Desta forma não existe necessidade de constar na lei alguma previsão para a adequação. O que a presente é devolver ao IAP a atribuição legal do órgão. Pois a lei que pretende alterar tinha retirado do órgão ambiental a responsabilidade e a competência de indicar as normas para a instalação e o funcionamento desses empreendimentos de tratamento de resíduos sólidos.

Destarte não há razão para o parágrafo 3º continuar a existir no mundo jurídico devendo o mesmo ser suprimido do projeto de lei do nobre Deputado Caíto Quintana.

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 07**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação da Lei nº 11027, de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAM. (Publ. no DA nº 132/07, de 17/10/07 em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 741/07**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, altera a redação da Lei nº 11027 de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual em seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS  
PROJETO DE LEI Nº 741/07**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de autoria do Deputado Geraldo Cartário que altera a redação da Lei nº 11027 de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba.

É justo o mérito exposto na presente proposta que além da sua proximidade geográfica com Curitiba e com os municípios limites que compõem a sua região metropolitana, Piên é cidade de destacável e significativa importância socioeconômica, de expressiva tradição, que por suas possibilidades de desenvolvimento, caracteriza-se como pólo da região Sudeste do Paraná.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

Pela ordem o Deputado Romanelli.

É para encaminhar, estamos votando a 1ª discussão desse projeto.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Pois é, mas de fato se trata do tema que envolve a inclusão do município de Piên. Embora o projeto esteja

com parecer favorável da Comissão de Justiça, há um atendimento, um parecer, que foi exarado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, pela COMEC, tanto no aspecto do mérito, claro que é mais importante, mas também que envolve a questão específica da constitucionalidade.

Esse projeto até já foi retirado da Ordem do Dia, mas há o questionamento sobre a constitucionalidade do projeto. Eu não vou, em respeito ao Deputado Geraldo Cartário, obstaculizar a votação na 1ª discussão, entendo que devemos aprová-lo. Mas faço aqui essa ressalva, porque quando voltar para a 2ª discussão, certamente teremos que debater o tema de uma forma mais aprofundada.

Faço essa ressalva, mas em respeito ao Deputado Cartário, entendo que o projeto possa ser votado no entendimento da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico e Histórico do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 135/07, em 23/10/07, em Projetos de Lei)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 750/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Douglas Fabrício dispõe sobre a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico e Histórico do Paraná sob o forte argumento histórico milenar da rota do Estanho (Ilhas Britânicas - Cassitérides, talvez as atuais Scilly - do primeiro milênio de nossa era); a rota da seda, que tornou esse produto conhecido pelos gregos no III século antes de Cristo, indo ao Pamir até a torre de Pedra, onde se realizavam os mercados fornecidos pelos negociantes chineses; a rota de lápis-lazúli, do terceiro milênio; a rota de Prata. Pela qual os Tírios iam procurar na Espanha a prata e outros metais como os “navios de Tarsis” de que fala a Bíblia e tantas outras.

Segundo a exposição de motivos trazidos para justificação do presente projeto as civilizações se fizeram pelas rotas. Por elas se aculturaram povos, se enriqueceram nações, se conquistaram mundos. Nem todas as rotas, porém permaneceram vivas. Algumas sim permaneceram, pelo menos nas memórias de suas gentes. Outras resgatadas continuam guiando seus povos a caminho de novos sonhos, novas riquezas, adaptadas aos novos tempos.

A rota mais famosa hoje, sem dúvida, segundo diligente pesquisa pelo autor, é o caminho de Santiago da Compostela na Espanha e na França. Na América do Sul o Paraguai, Brasil, Peru e Bolívia também possuem suas rotas. Caminhos históricos, místicos e ecológicos. No Brasil, aqui no nosso estado temos o Caminho de Peabiru ou Tape Aviru, caminho pré-espânico do mundo guarani, ou incaico, ou ainda como também conhecido por tantos como dos jês-itararés. Foi ele a mais importante via transcontinental da América do Sul pré-colombiana, segundo Maack, estudioso que falou desse caminho na década de 1950. Era uma estrada indígena com tronco e ramais, formando uma rede. A pesquisadora Rosana Bond confirma que tinha ele cerca de três mil quilômetros de extensão e começava, ou terminava, no Brasil em dois pontos: litoral de Santa Catarina e de São Paulo. Cruzava o Brasil (PR, SP, MS), o Paraguai, a Bolívia e o Peru, ligando, portanto, por terra, o Atlântico ao Pacífico.

Embora a colonização branca e sua intensa ocupação tenham destruído o Peabiru, ainda restam vestígios, embora poucos, como em Pitanga, Bourbonia, e provavelmente em outros municípios, como alguns da COMCAM, além de estar ainda muito na memória principalmente dos descendentes guaranis.

Argumenta o autor que é necessário salvar os vestígios ainda existentes ao mesmo tempo em que poderemos explorá-los metodicamente. O autor apela para que resgatemos o nosso patrimônio cultural dando cada vez mais notabilidade a nossa cultura, incentivando a sua difusão.

Sob essa ótica resta saber se o projeto de lei proposto pelo nobre Deputado Douglas Fabrício atende os pressupostos da Constitucionalidade das leis, sua legalidade bem como os da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa Técnica Legislativa.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência constitucional federal, previstas no artigo 24, VI da Constituição Federal já existindo Lei Federal regulamentar, Lei Federal nº 6513 de 1977, bem como previsão constitucional do estado em seus artigo 53, XVI e XVII e 207, *caput*, VI, sobre as quais assento minha análise.

##### Fundamentação

A Constituição Federal previu dois tipos de competência, a Comum, artigo 23 e a Concorrente, no artigo 24.

O artigo 23 dispõe que “É competência **Comum** da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios: (...) *Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.*”

Segundo dicção do artigo 24 da mesma carta política: *Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre: (...) - VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.*

A matéria está contemplada pelo legislador constitucional como de competência comum e concorrente da



união, estados e distrito federal. A seguir veremos que tanto a Constituição Federal quanto a Estadual, bem como a alta corte do judiciário digeriu a matéria esclarecendo que as sujeitas ao domínio da legislação concorrente e comum podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados e nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucional comum e concorrente da Assembléia Legislativa no artigo 53, incisos, XVI e XVII.

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada: “Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-Membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário.” (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24.10.1997). Referência Legislativa CF: artigo 24, XIV, DTZ110042”. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza do Poder Executivo quando o legislador define que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa, em legislar sobre as leis ordinária e complementares concorrentemente (suplementar) com o estado-membro e o Executivo Federal, na melhor inteligência do artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da Constituição Federal.

Para solidificar ainda mais a tese da competência desta Casa de Leis, para legislar sobre a matéria objeto da presente projeto, a Lei Federal nº 6513/77, regulamentada pelo Decreto nº 5308 de 1985, que trata “...sobre a criação de áreas especiais e de locais de inte-

resse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural;”, em seu artigo 21 dispõe que:

*Poderão ser instituídas Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, complementarmente, a nível estadual, metropolitana ou municipal, nos termos da legislação própria, observadas as diretrizes fixadas na presente lei (grifamos).*

Portanto a própria Lei Federal acima citada confere aos estados e municípios, nos termos da legislação própria, complementarmente, observadas as diretrizes fixadas na mesma lei, instituir áreas especiais de interesse turístico e locais de interesse turístico.

### **Da Legitimidade e Legalidade**

Em parecer de análise prévia ao Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Micro-Empresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a Competência Legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22º, inciso XXVII, 24º, parágrafo 2º e artigo 25º parágrafo 1º todos da Constituição Federal, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

Considerando que a CCJ naquele parecer prévio intencionava embasar a tese da Competência Privativa e Suplementar (concorrente) para então declarar a constitucionalidade do importante projeto do Deputado Reni Pereira, valeu-se sabiamente do preceito insculpido no artigo 22, 24, parágrafo 2º, e 25, parágrafo 1º da Constituição Federal.

Assim segundo o próprio parecer da CCJ, ora invocado, a Constituição da República assegura a competência privativa da união nas hipóteses em que especifica, porém não exclui a competência suplementar dos estados, parágrafo 2º do artigo 24 da Carta Mãe. Para sedimentar a tese a diletta CCJ através do seu corpo técnico arrematou a questão citando o parágrafo 1º do artigo 25 da mesma constituição que dispõe: “São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”.

Para melhor clarear a questão valeu-se a CCJ do conceito de competência legislativa privativa e suplementar extraída do eminente professor e jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho<sup>1</sup>, que assim definiu:

Competência Privativa: “é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.”

Competência Suplementar; “é uma subespécie de competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é ‘complementar’”.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da união para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso estado seguindo o mesmo

1. Curso de Direito Constitucional, 30ª ed. Saraiva, 2003, p.6.

critério constitucional da Carta Mãe, estabeleceu competências privativas e as suplementares (concorrentes), *in casu*, em seu artigo 53, XVII, c/c o 66 que não veda a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembléia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da Constituição Estadual, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a constituição competência a ambos os poderes para legislar sobre matéria comum assim definida por ambas as cartas políticas. Infere-se, portanto que o artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Entendendo que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional estendendo-se a mesma regra à competência da Assembléia Legislativa às matérias que não lhe são vedadas no artigo 66 da Constituição Estadual - CE, pode-se avançar seguro, porquanto perfeitamente factível a iniciativa de projeto de lei de membro da Assembléia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, VII, da Constituição Federal.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constituição Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

#### No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional.

O projeto do nobre Deputado Douglas Fabrício propõe a Instituição das Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Turístico e Histórico do Paraná o que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário, momentâneo, ressalvado as despesas ordinárias, ônus esse já previsto na LOA<sup>1</sup> e LDO<sup>2</sup>.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembléia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matérias, comum e concorrente.

Ao exposto podemos asseverar com segurança que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assembléia, valendo-se dessa faculdade constitucional e regimental, legisle sobre a mesma matéria concorrentemente de forma suplementar.

Estando o projeto aprovado quanto a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal nº 095/98 que trata da boa técnica legislativa, conforme abaixo.

*Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas: (...); II - para a*

1. Lei do Orçamento Anual;
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

*obtenção de precisão: (...); g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes;*

Neste aspecto propomos a emenda ao artigo 4º do presente projeto moldando-o às exigências da Lei 6513 de 1977 devendo ser alterado por emenda modificativa em anexo já que aquela lei determinou que a legislação suplementar dos estados e municípios deve obedecer as diretrizes dela emanadas, portanto é nosso entendimento que a lei a ser editada pelo legislativo estadual que contemple matéria regulada por Lei Federal, remissão à Lei Maior, resguardando-se o princípio universal da hierarquia das leis, vinculando-se uma à outra.

Deste modo apresentamos Emenda Modificativa do artigo 4º que passa a ter a seguinte redação:

“(…)

Artigo 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, devendo observar no que couber as diretrizes da Lei Federal nº 6513 de 1977.”

#### Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação com a emenda modificativa do artigo 4º em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 750/07

Autor: Deputado Douglas Fabrício

EMENDA MODIFICATIVA

(…)

Artigo 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, devendo observar no que couber as diretrizes da Lei Federal nº 6513 de 1977.

(…).

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E

TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 750/07

P A R E C E R :

#### I - Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, institui as Rotas dos Caminhos de Peabiru como Patrimônio Histórico do Paraná.

#### II - Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta Comissão, pois visa a estimular o desenvolvimento econômico e cultural da região por meio da exploração do potencial turístico e histórico das

chamadas Rotas dos Caminhos de Peabiru no estado do Paraná.

### III - Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste Relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 18.02.08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

TERUO KATO - Relator

### Aprovado.

Respondendo à questão de ordem do Deputado Jocelito Canto, no que diz respeito ao Projeto de Lei nº 772, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos. O projeto foi retirado da pauta por 10 Sessões. Volta na Ordem do Dia da Sessão de segunda-feira.

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 368, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 358, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 359, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 360, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 361, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 363 e 370, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 364 a 366, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 372, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 373, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 374, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 369, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às 10h, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 757 e 854/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 741 e 750/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617, 863/07 e do Projeto de Resolução nº 005/08.

Levante-se a Sessão.

